

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



HEITOR NOVELINI DA CRUZ

**UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA AO DEBATE DO SUBIMPERIALISMO:
ARMADILHAS DO DESENVOLVIMENTO?**

**UBERLÂNDIA
2023**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**



HEITOR NOVELINI DA CRUZ

**UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA AO DEBATE DO SUBIMPERIALISMO:
ARMADILHAS DO DESENVOLVIMENTO?**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Silva Amaral

**UBERLÂNDIA
2023**

HEITOR NOVELINI DA CRUZ

**UMA APROXIMAÇÃO TEÓRICA AO DEBATE DO SUBIMPERIALISMO:
ARMADILHAS DO DESENVOLVIMENTO?**

Monografia apresentada ao Instituto de Economia e Relações Internacionais da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Relações Internacionais.

Orientadora: Profa. Dra. Marisa Silva Amaral

BANCA EXAMINADORA

Uberlândia, 28 de novembro de 2023.

Profa. Dra. Marisa Silva Amaral
UFU/IERI – Orientadora

Prof. Dr. Filipe Almeida do Prado Mendonça
UFU/IERI – Examinador Interno

Profa. Dra. Roberta Sperandio Traspadini
UNILA/ILAESP – Examinadora Externa

Dedico este trabalho para os corajosos, aqueles que, apesar das adversidades, se propõem a entrar de cabeça nas situações que se fazem necessárias. E para aqueles que sabem que o impossível está a uma tentativa de distância.

AGRADECIMENTOS

Não há outra forma de iniciar os devidos agradecimentos se não pelas pessoas que te apoiaram desde o primeiro passo. Se hoje o passo que dou é um pouco maior, este só foi possível por conta do apoio imensurável daqueles que nunca mediram esforços para me apoiar, apesar das dificuldades. Agradeço verdadeiramente à minha mãe, meu símbolo de força, a meu pai, meu exemplo de coragem, e aos avós, tios, padrinhos e primos pelos quais sempre tive muito respeito e orgulho em chamar de família. À minha irmã Helena, por me motivar diariamente a ser um irmão e ser-humano melhor, no qual ela possa se inspirar, confiar e acreditar.

Agradeço também à Brida, meu amor e fortaleza, que me incentivou a abdicar dos medos e avançar rumo àquilo que deve ser meu por merecimento. E também por mostrar que a jornada, apesar de árdua, é o caminho por meio do qual é possível conhecer a si mesmo e seguir em direção ao que aspiramos ser um dia. Obrigado pela certeza de que os próximos trajetos, por mais difíceis que possam ser, serão mais fáceis com você do meu lado.

Aos meus amigos, Thais, Marília, Ana Paula, Gabriel, Bárbara, Babi, João Pedro, Guilherme e muitos outros com os quais tive o imenso prazer de compartilhar esse período, o melhor da minha vida até o momento. Que eu possa levá-los para sempre, e que independentemente das fronteiras (que estão no rio, mas não são o rio), possamos sempre nos reencontrar nos intervalos das viagens internacionais.

Ao Grupo de Estudos em Capitalismo Contemporâneo (CACO), pelas reflexões incessantes acerca deste campo de estudos tão denso, e pelo auxílio inenarrável com o conteúdo e estrutura deste trabalho. À minha orientadora Marisa, por permitir que me encontrasse na área que amo, e a todos os professores que contribuíram para esta jornada e que dedicaram seu tempo para ensinar, debater e criticar, possibilitando através da UFU o desenvolvimento de um senso crítico que levarei por toda a vida. Que a garra dos internacionalistas sempre supere as tentativas de opressão e sucateamento.

Amo todos vocês, imensamente e incondicionalmente.

“Qualquer um pode ser herói. Até uma pessoa que põe um casaco nos ombros de um menino para mostrar que o mundo não acabou.”

Bruce Wayne (Batman)

“Além disso, não é da minha natureza cair sem lutar, mesmo quando as coisas parecem insuperáveis.”

Katniss Everdeen (The Hunger Games)

“Porque o guerreiro de fé nunca gela, não agrada o injusto e não amarela.”

Racionais MC's

“Mesmo que seja estranho, seja você.”

Pitty

RESUMO

O modo de produção capitalista tem evidenciado diversas transformações e desdobramentos significativos durante sua historiografia, de modo que, aproximadamente desde 1870, denota-se a configuração de uma fase imperialista que se perpetua mediante à condição de dependência dos países latino-americanos frente aos centrais. Em conformidade com esse raciocínio, os países periféricos latino-americanos se veem subordinados a um contexto de transferências estruturais de valor para o centro, condição sistêmica que impossibilita um progresso efetivo nas economias das nações em questão. Nesse âmbito, denota-se a emergência de um subimperialismo brasileiro na América Latina que, sinteticamente, apresenta-se como uma dinâmica particular do capitalismo no Brasil em que se verificam políticas com intuito de replicar práticas imperialistas em seu contexto regional para contornar os prejuízos das transferências de valor. Ao fazer isso, o Estado brasileiro, que possui papel ativo no processo, repassa o ônus para os vizinhos latinos e para os trabalhadores sul-americanos, promovendo um aprofundamento da dependência na América Latina na medida em que reforça uma integração imperialista no continente.

Palavras-chave: subimperialismo; Teoria Marxista da Dependência; Brasil; América Latina.

ABSTRACT

The capitalist mode of production has demonstrated various significant transformations and developments throughout its historiography. Approximately since 1870, a configuration of an imperialist phase has been noted, which perpetuates itself through the condition of dependence of Latin American countries on central countries. In accordance with this reasoning, Latin American peripheral countries find themselves subordinated to a context of structural value transfers to the center, a systemic condition that hampers effective progress in the economies of the nations in discussion. Within this scope, the emergence of Brazilian subimperialism in Latin America presents itself as a particular dynamic of capitalism in Brazil in which policies are implemented with the aim of replicating imperialist practices within its regional context to mitigate the damages caused by the value transfers. Doing so, the Brazilian state, which has an active role in the process, shifts the burden to its Latin American neighbors and to South American workers, fostering a deepening of dependency in Latin America as it reinforces an imperialist integration on the continent.

Keywords: subimperialism; Marxist Theory of Dependency; Brazil; Latin America.

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Imagem 1 – Investimentos dos EUA no exterior (em bilhões de dólares)	34
Imagem 2 – Valor do IED dos EUA por atividade (em milhões de dólares)	34

ÍNDICE DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e Caribe

DIT – Divisão Internacional do Trabalho

DWSR – *Dollar Wall Street Regime*

EIR – Exército Industrial de Reserva

EPI – Economia Política Internacional

EUA – Estados Unidos da América

FED – *Federal Reserve*

FMI – Fundo Monetário Internacional

FT – Força de Trabalho

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IED – Investimento Estrangeiro Direto

MP – Meios de Produção

OECD – *The Observatory of Economic Complexity*

OPEP – Organização dos Países Exportadores de Petróleo

P & D – Pesquisa e Desenvolvimento

PEB – Política Externa Brasileira

TIC – Tecnologia de Informação e Comunicação

TMD – Teoria Marxista da Dependência

TTE – Tempo de Trabalho Excedente

TTN – Tempo de Trabalho Necessário

Sumário

1. Introdução	12
2. O imperialismo e a Economia Política Internacional	14
2.1 Concepções clássicas sobre o imperialismo	14
2.2 A Teoria Marxista da Dependência	21
2.3 Industrialização dependente e nova Divisão Internacional do Trabalho	26
3. Capitalismo “Sui Generis” na América Latina e o subimperialismo brasileiro	29
4. Atualizações necessárias ao (sub)imperialismo	43
4.1 Financeirização: a complexificação	43
4.2 A globalização e o neoliberalismo	49
4.3 Subimperialismo e cenário contemporâneo: uma reflexão necessária	53
5. Considerações Finais	56
Referências Bibliográficas	58

1. Introdução

Ao observar a cronologia e a evolução do capitalismo ao longo dos anos, é viável afirmar que este se encontra, aproximadamente desde 1870, em uma fase imperialista (Lênin, 2010). Dito isso, a compreensão do imperialismo no estudo da Economia Política Internacional (EPI) faz-se imprescindível, uma vez que este apresenta-se como responsável por moldar as bases das relações humanas com um modelo de enfoque na produção e reprodução que, em última instância, incorpora os indivíduos neste processo imanente de uma sociedade entendida como “de mercado”. Assim, é necessário adotar um prisma analítico que seja capaz de perpassar os interesses estatais e a lógica do Estado-nação e viabilizar o entendimento de uma dinâmica interativa entre Estado e mercado. O imperialismo, portanto, incide nessa relação e transforma a *problématique*¹ da EPI, exigindo uma análise acerca do desenvolvimento econômico e das relações imperialistas das nações centrais frente às periféricas (Luxemburgo, 1970; Veseth, 2007).

Ademais, é válido destacar que a economia política, bem como outros campos que se voltam ao estudo da sociedade, aborda questões que estão necessariamente vinculadas com os interesses de diferentes agentes, uma vez que está atrelada a elementos materiais. Isto posto, é preciso reconhecer que as formulações construídas na área podem refletir os interesses de uma determinada classe social, o que justifica a importância de se atribuir luz à teoria marxista para expor, de maneira clara, a perspectiva da classe explorada, mais precisamente do trabalhador, a nível interno, e das economias periféricas dependentes, a nível externo (Netto; Braz, 2006). Então, infere-se que a problemática da EPI absorve o marxismo para seus debates por intermédio de teorias como a Teoria da Dependência de Ruy Mauro Marini (Veseth, 2007; Vigevani *et al*, 2011).

A partir do momento em que assume a classe e suas respectivas divergências como unidade de observação, a vertente marxiana obtém sucesso em se desvencilhar da ótica meramente estatal (Vigevani *et al*, 2011). Ao atribuir destaque à luta de classes em detrimento do enfoque tradicional da área de Relações Internacionais nos Estados nacionais, é possível corrigir uma série de lacunas derivadas das outras unidades de análise nas quais as demais teorias se baseiam. Em meio a essa conjuntura, um ponto fulcral no estudo do imperialismo sob o viés marxista reside na sua disputa de classe predominante, a estrutura conflituosa capital-trabalho. Esse embate, que adquire caráter perene, descredibiliza a tese do

¹ Segundo Veseth (2007), o entendimento de Economia Política Internacional gira em torno deste conceito: “IPE is thus perhaps best defined as a *problématique*, a set of problems that bear some relationship to one another” (Veseth, 2007, p. 3).

fim da história na medida em que admite possibilidades de transformações na estrutura através dessa luta incessante entre capital e trabalho (Vigevani *et al*, 2011).

Ao mesmo tempo, quando se trata da questão da dependência centro-periferia, verifica-se a impossibilidade de ocorrência dessas transformações sem atacar a raiz do problema, o modo de produção capitalista e seu *modus operandi* opressor. Sendo assim, o emprego do marxismo revela-se fundamental, uma vez que suas contribuições são de grande importância para a Economia Política Internacional e para a área das Relações Internacionais como um todo (Netto; Braz, 2006; Vigevani *et al*, 2011). Mais precisamente, o trabalho em questão se propõe a investigar a tese de Marini de que a expansão capitalista, ao alcançar a América Latina, provocou um capitalismo de origem particular entendido como “*sui generis*”. Nesse ínterim, com a Divisão Internacional do Trabalho e a inserção dos países latino-americanos no plano internacional, são geradas transferências estruturais de valor da periferia para o centro (Marini, 2013, 2017).

Esta condição restringe o excedente das nações latinas na medida em que parte do que é produzido, é transferido para os países centrais, o que força o capitalista periférico a procurar formas de aumentar sua apropriação de excedentes. Porém, esse mecanismo não tem a capacidade de resolver um problema que é estrutural, de modo que uma saída para contrabalancear essa questão é a superexploração da força de trabalho, isto é, se não é possível quebrar o compartilhamento do seu excedente com o capital estrangeiro, é necessário aumentar a produção do excedente como um todo. É nessa perspectiva que Marini visualiza a questão do subimperialismo – o objeto de análise do trabalho –, que se estrutura sob o amparo de um conjunto de políticas adotadas pelo Estado brasileiro que visam replicar as práticas imperialistas centrais no âmbito da América Latina como uma forma de contornar os malefícios imanentes da condição de dependência do Brasil (Marini, 2013, 2017).

Entendendo que os mecanismos convencionais são insuficientes para superar um problema que se demonstra estrutural, o Brasil tem a capacidade de adotar o subimperialismo como uma estratégia para contornar os problemas de transferência de valor para o centro e tentar se esquivar dos prejuízos deixados pela dinâmica dependente, repassando o ônus para os vizinhos latinos e os trabalhadores sul-americanos. É nesse âmbito que o referido trabalho busca responder à seguinte indagação: o subimperialismo brasileiro tem condições de retirar o país da lógica da dependência, ou acaba apenas reforçando essa armadilha estrutural do imperialismo? É nesse contexto que será realizado, através de revisões bibliográficas e do método hipotético-dedutivo, um teste na hipótese de que o subimperialismo não remove o Brasil dessa condição, além de aprofundar a dependência latino-americana na medida em que

não rompe com a acumulação capitalista, apenas atua dentro de sua lógica através de um processo de industrialização subordinado às necessidades centrais.

2. O imperialismo e a Economia Política Internacional

2.1 Concepções clássicas sobre o imperialismo

Em uma análise primária, convém empreender uma investigação elaborada acerca do imperialismo, discussão imprescindível para uma boa fundamentação acerca de seu desdobramento: o subimperialismo. Para tanto, é válido iniciar com as contribuições clássicas, que apresentam uma série de pontos de convergência e divergência, residindo nestes últimos alguns elementos cruciais para a construção de uma linha de raciocínio próspera no que diz respeito ao imperialismo.

O presente trabalho buscará abster-se, de maneira geral, do debate ontológico visualizado entre os teóricos clássicos do imperialismo a respeito do entendimento deste como uma fase ou como uma política. Sabe-se que, nesse mérito, Lênin (2010) segue na contramão de diversos outros autores como Hilferding (1985), Hobson (1981), Kautsky (1914) e Luxemburgo (1970) em uma querela que, embora apresente relevância, não configura o foco do estudo em questão. Dito isso, reitera-se que essa síntese inicial não pretende esboçar uma definição essencialmente fechada, uma vez que um tópico de tamanho grau de profundidade pode sofrer perdas significativas culminantes de um reducionismo teórico. Pelo contrário, o intuito é realizar uma seleção dos argumentos que se revelam mais pertinentes para uma compreensão facilitada do objeto de análise em questão, o fenômeno do subimperialismo.

Nesse ínterim, é possível vislumbrar em Luxemburgo um ponto de partida, visto que os avanços observados em relação à sua contribuição estão muito relacionados com a maneira com que a autora realiza sua abordagem. Para ela, o esquema marxiano só faz sentido se considerada a questão da reprodução do capital, de modo que o capital só o é contanto que seja produzido e reproduzido constantemente. Registra-se deste argumento a noção de reprodução em escala ampliada, uma vez que a dinâmica de acumulação capitalista exige uma continuidade do movimento produtivo. Logo, uma parte do excedente inicial é convertida em capital que busca, por meio de novo processo de trabalho, valorizar-se, dando início a um ciclo de reprodução com o intuito de expandir o capital (Luxemburgo, 1970).

Para que o capital siga se expandindo, é necessária a abertura de novos espaços e territórios que tenham a capacidade de absorver o excedente de mercadorias², *a priori*, e que passem a atuar dentro da mesma lógica de reprodução ampliada, *a posteriori*. O segundo elemento é indispensável dado que o escoamento de mercadorias não possui a capacidade de garantir suas vendas por si só. Então, em conjunto com o movimento de busca por novos territórios, é fundamental que haja esforços para quebrar a dinâmica prévia dessas novas economias para a implementação do *modus operandi* capitalista, materializando o processo de destruição do que Luxemburgo chama de economias naturais. Assim, é imperativo para a reprodução ampliada que se tenham novos mercados envolvidos na dinâmica de acumulação para possibilitar a absorção das mercadorias e garantir os lucros oriundos desse processo para as nações imperialistas (Luxemburgo, 1970).

Desse ponto, extrai-se uma problemática importante entendida pela autora como crise de subconsumo. A partir do momento em que o capital busca incessantemente novos territórios para escoar suas mercadorias e replicar seu modo de produção, ela entende que os mercados mais recentes passarão a apresentar os mesmos problemas de subconsumo daqueles nos quais o capitalismo já se desenvolveu. Por consequência, os territórios “mais novos” também entrarão na disputa por mais canais de escoamento, sendo a conclusão lógica o fato de que sempre existirão menos regiões para dominar. De maneira concisa, o entendimento de Luxemburgo sobre o imperialismo envolve a destruição dos territórios não capitalistas para a reprodução em escala ampliada e a subsequente crise de subconsumo, resultando em um cenário em que o mundo todo passa a ser subjugado pela lógica do capital e sua tendência à autodestruição. Mais resumidamente, ela estabelece que o imperialismo se apresenta como a expressão política do processo de acumulação de capital (Luxemburgo, 1970).

Partindo destas contribuições iniciais, que são de grande importância para estabelecer um panorama geral sobre o tema, é interessante seguir adiante e abordar a concepção de Karl Kautsky a respeito do imperialismo. Para ele, o imperialismo é produto do capitalismo industrial em sua fase avançada, momento em que ele chama atenção para uma diferenciação importante entre indústria e agricultura. Haja vista que não existem barreiras físicas e concretas para o capitalismo industrial, é possível avançar no processo de produção e acumulação sem grandes empecilhos, o que não se verifica na agricultura. Nesta última, existem limitações naturais e territoriais que podem levar à falha da produção agrária, de

² Isso porque, para Luxemburgo, a parte não consumida do excedente gera uma crise de subconsumo resultante de menor demanda por parte da classe capitalista, com consequente represamento de mercadorias não realizadas. Seu entendimento é o de que a conversão do excedente em capital envolve o não-consumo capitalista.

modo que as barreiras para o processo de industrialização residem majoritariamente na agricultura e na capacidade do setor agrícola de fornecer alimentos e matérias-primas para o andamento dos processos de industrialização (Kautsky, 1914).

Logo, estando o freio para a industrialização no setor agrícola, ele entende que o desenvolvimento inglês³ teria se dado de maneira muito mais lenta caso a indústria não pudesse ter atribuído dedicação total ao movimento das forças produtivas. A não-divisão dos esforços e a viabilidade de um enfoque pleno em elementos como força de trabalho e pesquisa e desenvolvimento (P & D) foram a condição necessária para o ritmo expansivo do capital (Kautsky, 1914). Desta afirmação, deriva-se a importância de abordar a questão dos bens-salário, isto é, os produtos e mercadorias essenciais para as necessidades básicas dos trabalhadores e que são responsáveis por reproduzir a sua força de trabalho. Sem os bens-salário, os trabalhadores não possuem condições suficientemente saudáveis de continuar trabalhando, fato que geraria um problema para a industrialização dos países centrais caso fossem eles os responsáveis pela produção dos bens em pauta (Kautsky, 1914; Marini, 2017; Marx, 1996a).

Diante disso, fica estabelecida a necessidade de a produção desses recursos ser realizada de fora para permitir às nações centrais colocar em marcha a maior produção possível de mercadorias industrializadas. Em outras palavras, o fornecimento de matérias-primas e de alimentos passaram a ser uma responsabilidade das regiões periféricas, de modo que o imperialismo para Kautsky consiste nesta política de sustentação de territórios originalmente agrícolas como produtores de recursos primários a serem fornecidos para o bem do avanço da industrialização (Kautsky, 1914). Essa abordagem estabelece um panorama inicial que se apresentará proveitoso para o entendimento de Marini (2017) acerca do papel da América Latina no sistema internacional.

Nesse ponto, é válido adiantar que Marini apresenta uma visão essencial que passa pela Divisão Internacional do Trabalho ao evidenciar a urgência capitalista pelo fornecimento de bens-salário e força de trabalho para a dinâmica produtiva. Este papel, cumprido pela América Latina, permite que os centros industriais explorem a produção de manufaturas sem se preocupar com os recursos mencionados anteriormente, visto que as necessidades por estes produtos serão saciadas por intermédio da importação no mercado internacional (Marini, 2017). Então, a análise de Kautsky acerca da divisão das regiões agrícolas e industriais, ainda que incipiente, é uma edificação importante na construção de um raciocínio que será

³ O desenvolvimento trabalhado por Kautsky (1914) situa-se majoritariamente na perspectiva da Inglaterra pós-revolução industrial.

imprescindível para a elaboração do subimperialismo brasileiro na América Latina sob a ótica de Marini (Kautsky, 1914; Marini, 2017).

Em face do que foi exposto até o momento, é relevante empreender agora algumas atualizações aos autores clássicos previamente mencionados. Nesse sentido, a contribuição de Hilferding (1985) agrega bastante o debate acerca do imperialismo na medida em que o autor traz à tona a política do capital financeiro com uma tendência crescente à exportação de capitais. Essa análise não significa que o escoamento de mercadorias careça de importância, apenas joga luz para um lado extremamente relevante quando se trata do imperialismo, o aspecto financeiro e a exportação de capitais. Ele discorre acerca do aumento da composição orgânica do capital, que é definida por Marx como “a relação quantitativa entre capital constante e capital variável, em termos de valor” (Marx, 1996a, p. 37) para argumentar acerca de uma tendência à concorrência monopolista e uma supressão da livre concorrência.

Esse elemento, causado principalmente por uma maior eficiência na esfera produtiva e pela busca do capitalista por aumentar a produtividade do trabalho, acaba impossibilitando a permanência de certos concorrentes no mercado. Os concorrentes que não são capazes de resistir declaram falência ou são incorporados, de modo que o que se observa é um movimento de centralização do capital. Então, o aumento da composição orgânica do capital gera um processo de centralização e concentração que é vinculado a uma tendência à monopolização (Hilferding, 1985; Marx, 1996a).

Um dos elementos catalisadores para este processo é a incorporação de tecnologia no processo produtivo, que cria uma dinâmica diferente e torna o trabalho mais produtivo, promovendo vantagens para aqueles que conseguem utilizar ferramentas mais tecnológicas (Hilferding, 1985). Diante desse tópico, faz-se relevante adiantar também a discussão a respeito do exército industrial de reserva (EIR), que Marx traz como consequência das dispensas e do desemprego decorrentes da integração tecnológica. Nesse âmbito, configura-se uma tendência à redução do salário porque a massa de trabalhadores desempregados componentes do EIR pressiona os trabalhadores da ativa, levando-os a aceitar condições menos favoráveis de trabalho e culminando em certa precarização (Marx, 1985, 1996a, 1996b).

Isto posto, é possível denotar que, no entendimento de Hilferding, o aumento da composição orgânica do capital impulsiona o movimento de expansão, de modo que esse processo não possui foco na necessidade de exportar mercadorias (ainda que isto também ocorra), mas primordialmente na de exportar capital. O capital que fica retido e não pode ser absorvido no seu território de origem precisa ser exportado, movimento que se desdobra

naquilo que o autor concebe como política imperialista. Esta, por sua vez, está vinculada com a forma de funcionamento e avanço do processo de acumulação por intermédio do capital financeiro, conceito que estabelece um vínculo entre o capital bancário e o industrial⁴ (Hilferding, 1985).

Logo, denota-se um processo de acumulação de capital com uma tendência à centralização e concentração, sendo necessário reunir massas cada vez mais expressivas de capital. Aqui reside um ponto chave, visto que o acesso a montantes substanciais de capital para corroborar posições privilegiadas na busca pelo aumento da produtividade só é possível com a forte atuação dos bancos, isto é, pelo capital bancário. Seguindo essa linha de raciocínio, os bancos se colocam como instituições que claramente centralizam recursos e, portanto, são essenciais para a dinâmica de acumulação (Hilferding, 1985). Sinteticamente, o acesso ao crédito passa a ser condição necessária para o processo de expansão capitalista, conclusão que adquire recurso ilustrativo na concepção de Marini acerca da indústria automobilística (que ele define como bem de luxo), em que poucos grandes capitais disputam espaço no mundo (Marini, 2000; Neves, 2012)

Como resultado, o capital monetário⁵ faz com que o capitalismo chegue a um estágio em que vai se confirmando sua tendência monopolista, ainda que, naturalmente, isso não signifique a supressão da concorrência, que é elemento estrutural no modo de produção capitalista, até mesmo em condição de monopólio. Nesse panorama, o plano de atuação só pode ser o internacional, uma vez que se tem como interesse a exportação de excedentes progressivamente mais expressivos de capital para penetrar em outros territórios a fim de garantir a produção e exploração da força de trabalho. Dito isso, contemplando a elaboração de Hilferding sobre a temática do imperialismo, é válido atestar que o capitalismo não poderia mais existir em um alto nível de desenvolvimento sem essa relação estreita com as operações de crédito (Hilferding, 1985).

Diante das exposições colocadas até então, é necessário abordar a vasta dedicação de Lênin para solidificar ainda mais o entendimento acerca dos pilares do imperialismo. Este, por sua vez, apresenta críticas sobretudo a Kautsky, e apresenta-se como o único entre os teóricos clássicos do imperialismo a entendê-lo como uma fase. Lênin discorre afirmando que

⁴ É importante ter em mente que esse vínculo entre o capital bancário e industrial discutido por Hilferding é, por vezes, interpretado de formas diferentes. Para Lapavistas (2008), por exemplo, a definição de Hilferding atrela o capital bancário majoritariamente às instituições bancárias, sendo estas de maneira quase exclusiva às centralizadoras de capital monetário e que colocam crédito à disposição. No contexto histórico e no caso específico sobre o qual Hilferding se debruça, tal percepção é correta. Entretanto, o próprio autor deixa claro que, quando fala em capital bancário, está se referindo a capital monetário.

⁵ Em Hilferding (1985), o capital monetário pode ser interpretado como capital bancário, discussão que se assemelha ao que foi mencionado na nota anterior.

o imperialismo se trata do capitalismo em um estágio de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, tendo evoluído para uma etapa em que se evidencia a substituição da livre concorrência, um dos elementos basilares do próprio modo de produção capitalista, por uma concorrência pelos monopólios (Lênin, 2010).

Então, apesar de ter um entendimento que se assemelha (ao menos em linhas gerais) ao de Hilferding, o autor russo defende a tese de que a concepção do imperialismo como uma política sugeriria que uma política não-imperialista seria igualmente possível. Tal noção demonstra-se inviável para Lênin na medida em que ele atesta ser impossível, dentro da dinâmica capitalista em estágio avançado, que as nações centrais abram mão de uma política imperialista por alguma outra que não apresente esse mesmo caráter⁶ (Lênin, 2010). Essa discussão, que acaba tangenciando os autores anteriormente mencionados, é proposta por Hobson e pode ser melhor contemplada no seguinte trecho: “Os planos de aquisições territoriais e de controle político direto que a Rússia, a Alemanha e a França implementaram [...] obedeceram em todos os casos a motivos claramente financeiros e comerciais” (Hobson, 1981, p. 282, tradução nossa).

Nesse âmbito, Lênin realiza uma série de críticas rigorosas a Kautsky, inclusive o retratando como um apologista do imperialismo, um ex-marxista que se associou à lógica imperialista. Essa crítica, que parece ser a mais efusiva, é muito derivada do entendimento de Kautsky acerca de uma eventual cartelização da política externa em que os capitalistas iriam buscar apoio entre si para fortalecer e manter o *status quo* de seu jugo perante as regiões periféricas. Em uma passagem de seu texto, Kautsky realiza uma alusão à uma das introduções mais célebres de Marx e Engels (Marx; Engels, 2017) e de toda a história da literatura econômico-política, remodelando-a para o contexto das nações imperialistas:

Todo clarividente capitalista hoje tem de recorrer a seus companheiros: os capitalistas de todos os países, uni-vos. Pois, em primeiro lugar, há a crescente oposição das zonas agrárias mais desenvolvidas, o que ameaça não apenas um ou outro dos Estados imperialistas, mas todos eles juntos. (Kautsky, 1914, p. 5).

Ao passo que o autor avança para seu ponto final analítico, o ultraimperialismo, ele discorre acerca da tendência de subjugação das zonas agrárias, e questiona a relevância da militarização nesse processo. Isso ocorre por meio da compreensão da corrida armamentista como um malefício que colocaria em xeque a própria acumulação do capital, impedindo sua exportação e desaguando em uma insustentabilidade desse movimento, muito por conta do

⁶ Essa impossibilidade é justamente o ponto que inviabiliza o entendimento do imperialismo como uma política para Lênin. Sendo impossível uma alternativa, resta o entendimento desse fenômeno como uma fase.

dilema já abordado em Luxemburgo (1970) relacionado à abertura cada vez menor de novas regiões para serem exploradas.

A discussão recai, portanto, na ideia de que a política imperialista não pode ser reproduzida por muito tempo, a não ser que se converta no ultraimperialismo, um imperialismo sem guerras, que obriga o capitalismo a se sustentar por intermédio de uma cartelização da política externa (Kautsky, 1914). Nesse ponto, é possível valer-se das críticas assinaladas por Lênin para remover certas idealizações e construir um raciocínio mais lógico. Assim, é acertado o entendimento de Lênin de que a chave analítica para entender o imperialismo reside menos nas mercadorias e mais na exportação de capital, o que torna possível realizar uma conclusão de que a ideia de reprodução ampliada de Luxemburgo com atualizações de Hilferding faz sentido. Essa revisão se estende a Kautsky, que, apesar de abordar o capital financeiro, peca ao colocar em primeiro plano apenas o capital industrial (Lênin, 2010).

Outro ponto a ser debatido sobre a interpretação de Kautsky é a ideia de subjugação apenas das zonas agrárias, visto que o imperialismo, apresentando caráter monopolista, tem por necessidade o enfraquecimento dos potenciais rivais. Logo, existe uma tendência à anexação também de áreas industriais que decorre de uma perspectiva concorrencial pela divisão do globo e da busca por uma posição de hegemonia. Essa ótica pode ser ilustrada pela contribuição de Hobson (1902) de que o novo imperialismo, diferentemente do velho, é marcado pelas aspirações de impérios rivais por expansão política e lucro, além da supremacia dos interesses financeiros e dos investimentos de capital (Hobson, 1902; Kautsky, 1914; Lênin, 2010). Então, conclui-se que a disputa por novos territórios não se restringiria às zonas agrárias, visto que o imperialismo traz como elemento-chave a urgência por uma nova partilha – após a conclusão da divisão do mundo –, em que as nações imperialistas buscariam se apoderar de todos os tipos de regiões (Lênin, 2010).

Diante de todas as contribuições expostas, vale reiterar que um entendimento, a nosso ver, mais acertado no que diz respeito ao imperialismo clássico passa pelo processo de busca por novos territórios e uma reprodução da lógica de acumulação, de modo que isso se dá necessariamente através da primazia da exportação de capital e dos interesses do capital financeiro. É crucial ter em mente que o imperialismo passa por novos elementos que não são alheios a essa assimilação, o que leva, em última instância, a uma atualização necessária dessas teses, em especial após a década de 1970. Contudo, antes de investigar esses novos incrementos, convém abordar de modo mais pragmático o subimperialismo, que também deve passar por essa atualização e constitui o cerne da análise aqui empreendida.

2.2 A Teoria Marxista da Dependência

Para assimilar de maneira correta o fenômeno do subimperialismo para Marini, faz-se inescapável ter a consciência de que este está diretamente vinculado à noção de dependência formulada no âmbito da Teoria Marxista da Dependência (TMD). Conforme supracitado anteriormente, a utilização do referencial marxista nos estudos relacionados ao campo da Economia Política Internacional possibilita um olhar mais crítico sobre o modelo de acumulação capitalista e suas consequências para a estrutura do sistema internacional e para o trabalhador imerso nesse contexto. Desse modo, a escolha por avaliar o imperialismo através de um prisma marxista ressalta neste trabalho características importantes apontadas em Vigevani *et al* (2011, p. 113), visto que demonstra claramente: “I) a incorporação da dimensão histórica no estudo dos fenômenos; II) o imperativo da necessidade de considerar a economia política como variável fundamental para o entendimento das relações internacionais”.

Em suma, considerando a relação intrínseca da Economia Política Internacional com as relações sociais – envolvendo questões como trabalho, valor e dinheiro –, é essencial a absorção do materialismo histórico para melhor compreender o progresso do capitalismo e seu impacto na estrutura de classes (Netto; Braz, 2006; Vigevani *et al*, 2011). Destarte, é imprescindível estabelecer a forma com que o pensamento de Marx, desdobrado pela leitura de Marini acerca da dependência, afeta a literatura sobre os fenômenos capitalistas. Desse modo, convém iniciar a teorização da dependência esclarecendo alguns dos sustentáculos de uma abordagem que, embora complexa, apresenta-se como o pilar das compreensões acerca do subimperialismo, da superexploração da força de trabalho e do padrão de reprodução do capital.

Assim, é válido afirmar que Marx supera a teoria do valor trabalho proposta por Smith e Ricardo e atribui a ela uma nova aplicabilidade focada em entender a produção de mercadorias, ponto em que se observa a existência do excedente (mais-valor). Em outras palavras, ele adota a teoria do valor trabalho para refletir sobre a produção de excedente no processo produtivo e expõe as condições por meio das quais a riqueza é gerada, evidenciando a exploração necessária da força de trabalho. Então, a dinâmica que se institui dentro do processo de expansão do capital se baseia na lógica de acumulação ininterrupta

(D-M...P...M'-D')⁷, na qual, através da produção⁸, se tem a formação de excedente por conta da geração de uma mercadoria de maior valor agregado que culmina em D' (objetivo primordial desse modo de produção). Isso significa dizer que sem a força de trabalho (FT) – que, juntamente com os meios de produção (MP), integra a etapa P (produção) –, o processo de acumulação é interrompido, sendo ela a responsável por fazer com que a riqueza seja produzida (Netto; Braz, 2006; Marx, 1985).

Tendo em vista que a FT revela-se a própria fonte do excedente, é possível começar a compreender uma das bases do subimperialismo, a tendência à superexploração da força de trabalho. Nesse âmbito, é relevante abordar a questão do tempo de trabalho necessário (TTN) e tempo de trabalho excedente (TTE), que constituirão elementos importantes para a análise que se pretende construir. O primeiro está relacionado ao tempo utilizado pelo trabalhador para produzir aquilo que é necessário para sua subsistência, isto é, para a reprodução do valor de sua força de trabalho. Enquanto isso, o último faz referência ao tempo em que este trabalhador começa a produzir excedente, a mais-valia (Marini, 2017; Marx, 1985). Por meio dessa definição, começa a ficar evidente que a alteração voluntária do TTN e TTE por parte do capitalista apresenta-se como uma ferramenta importantíssima para o aumento da acumulação, artimanha que será explorada de maneira ferrenha pelo capitalista periférico no mérito do subimperialismo.

A partir disso, faz-se necessário sinalizar que, no âmbito da economia global, existe uma condição de dependência entre os países do centro e os países da periferia. Esse pressuposto básico, para Marini, remonta o momento da primeira Divisão Internacional do Trabalho (DIT) imposta pela Primeira Revolução Industrial. Essa DIT realiza uma inserção de nações periféricas como as da América Latina na dinâmica econômica internacional de uma forma que impõe uma série de constrangimentos à sua trajetória de desenvolvimento (Carleial, 2012; Marini, 2013, 2017). De modo objetivo, ocorre “uma relação de subordinação entre nações formalmente independentes, em cujo âmbito as relações de produção das nações subordinadas são modificadas ou recriadas para assegurar a reprodução ampliada da dependência” (Marini, 2000, p. 109).

Através desse entendimento, percebe-se a maneira com que “a história do subdesenvolvimento latino-americano é a história do desenvolvimento do sistema capitalista

⁷ “Portanto, a fórmula para o ciclo do capital monetário é: D - M ... P ... M' - D' , na qual os pontos indicam que o processo de circulação está interrompido e tanto M' quanto D' designam uma M e um D acrescidos de mais-valia” (Marx, 1985, p. 25).

⁸ Para que a etapa P se verifique e dê continuidade ao ciclo do capital monetário, faz-se necessário MP (meios de produção) e FT (força de trabalho) (Marx, 1985).

mundial” (Marini, 2013, p. 47). Portanto, para compreender verdadeiramente a conjuntura na qual estão localizados os países latino-americanos em meio à sua condição dependente, é compulsório que se tenha um olhar mais apurado para a própria disposição do capitalismo. É por meio de investigações acerca dos avanços do modo de acumulação capitalista mundial que se depreende, em última instância, as implicações e reverberações que culminam na problemática da América Latina, desaguando no entendimento de que o desenvolvimento (dependente) da periferia está subordinado ao movimento de desenvolvimento do centro (Carleial, 2012; Marini, 2013).

Portanto, argumenta-se a centralidade da DIT para a formação do capitalismo dependente latino-americano, que, apesar de não corresponder integralmente de modo similar às outras áreas periféricas do globo, será tomado como exemplo primordial para os fins deste trabalho na medida em que se utiliza o subimperialismo brasileiro como foco de análise. Em outros termos, a forma com que a dependência se instaura nos países latinos explicita a existência de uma estrutura econômica-mercadológica que estaria essencialmente vinculada ao próprio modo de acumulação capitalista (Bambirra, 2013; Marini, 2013). Nesse sentido, as contribuições de Bambirra (2013) se assemelham ao pensamento de Marini atuando como um complemento para o raciocínio de um mecanismo que se manifesta estruturalmente, ou seja, não possui formas de superação a não ser o rompimento com o capitalismo em sua natureza.

Esta última colocação se demonstra ainda mais verdadeira ao identificar que, desde que se estabeleceu a DIT, as nações incapazes de acompanhar o ritmo produtivo daquelas que se consolidaram como centrais passaram a não dispor mais desta possibilidade. Isso se dá porque a inserção mercadológica decorrente desta divisão passou a condicionar a periferia a uma lógica produtiva na qual a subversão da estrutura é impossível. Sendo assim, a partir do momento em que a dicotomia centro-periferia se materializa na economia política global, as nações periféricas se tornam subordinadas ao comando do centro, inviabilizando tentativas de mudança de patamar. Essa dinâmica, que se configura como um dos baluartes da dependência, define que a produção dos países latino-americanos atenderá exclusivamente aos interesses centrais, fato que viabiliza a percepção da relevância do Brasil e seus vizinhos continentais para o ritmo do sistema produtivo mundial (Bambirra, 2013; Carleial, 2012; Marini, 2017).

É notório que o território da América Latina tem sido cobiçado e explorado por séculos, tanto no que concerne aos seus recursos naturais, quanto no que tange o trabalhador, sendo que este processo se estende até os dias atuais, ainda que modernizado pelas práticas imperialistas contemporâneas. Nesse cenário, denota-se a participação da economia

latino-americana para atender a um determinado padrão de consumo globalizado, visto que com a expansão do ciclo produtivo, a tendência é que se tenha mais demanda por matérias-primas e demais bens necessários para o processo, inclusive a força de trabalho. Por conta disso, a América Latina se vê restrita a esse padrão de atuação, sendo incumbida de exportar esses recursos e fornecer a FT necessária para incorporá-los na produção (Carleial, 2012).

Isto significa que a estrutura produtiva dos Estados latino-americanos, no geral, e do Brasil, em particular, se vê compulsoriamente condicionada a ofertar alimentos e matérias-primas para fora, caracterizando-se como economias exportadoras. O impacto dessa conjuntura a nível doméstico se verifica no fato de que existe uma separação entre a produção e a circulação dessas mercadorias, visto que os trabalhadores das nações periféricas não são o público-alvo para o qual a produção é destinada, de modo que sua capacidade de consumo não tem nenhuma interferência nesse processo. Como resultado, o capitalista industrial percebe a oportunidade de aumentar cada vez mais a exploração da força de trabalho periférica, visto que a não participação do trabalhador no consumo não implica a necessidade de que este receba uma renda maior. No limite, o capitalista precisa remunerar a FT apenas em um nível em que ela possa se reproduzir, ainda que esta margem possa vir a ser relativizada (Carleial, 2012; Marini, 2017).

Sumarizando, a economia latino-americana assume, a partir da DIT, um caráter primário-exportador que torna o consumo interno alheio à realização da produção, viabilizando um acirramento da exploração do trabalhador e culminando em contradições entre capital e trabalho (Carleial, 2012). Como supracitado, a força de trabalho constitui a essência do mais-valor capitalista, de modo que sua exploração tem por intuito um aumento do excedente através de duas vias principais: o aumento da mais-valia absoluta e o aumento da mais-valia relativa (Marini, 2017; Marx, 1985). Enquanto a primeira está relacionada ao incremento de mais-valor em sua forma tradicional, isto é, com o acréscimo do tempo de trabalho excedente, a segunda exige uma análise ligeiramente mais complexa (Marini, 2017).

Dessa forma, no que concerne à mais-valia relativa, é relevante sinalizar que ela está ligada a uma exploração fundamentada na modificação das condições técnicas do trabalho, que acabam impactando a FT no sentido de sua desvalorização. Contudo, para Marini, é crucial ter clareza a respeito do fato de que um aumento na produtividade do trabalho não garante, intrinsecamente, um acréscimo de mais-valia relativa. Isso se dá porque, ao amplificar o potencial produtivo do trabalhador, o que se constata de imediato se restringe ao fato de que este pode agora produzir mais mercadorias no mesmo intervalo de tempo. Porém,

isso constitui precisamente as razões pelas quais o capitalista busca aumentar a produtividade, uma vez que permite uma redução do valor individual de cada mercadoria e uma consequente mais-valia extraordinária quando realizada uma comparação com os competidores (Marini, 2017).

Deve-se ter cautela, contudo, com o fato de que este processo só se verifica caso o ciclo do capital se complete. Melhor dizendo, a mercadoria produzida deve encontrar um consumidor que finalize o esquema produtivo e este consumo, em última instância, precisa acontecer em uma faixa de preço satisfatória para o capitalista. Assim, se o aumento da produtividade se verificar de modo uniforme, abrangendo também a concorrência, mais produtos serão produzidos e seus preços sofrerão conjuntamente um processo de decréscimo. Nessa lógica, a redução generalizada do valor social dos produtos culmina na mais-valia relativa dos capitalistas sendo direcionada para o sentido inverso, sofrendo uma subtração (Marini, 2017).

Portanto, no tocante a essa questão, é preciso compreender que a mais-valia relativa se associa primordialmente com a desvalorização dos bens-salário, sendo essa desvalorização o efeito significativo para o centro capitalista decorrente da produção latino-americana. Operando como um fornecedor mundial de alimentos, a América Latina proporciona um acesso à bens-salário com menor preço, o que resulta em um decréscimo do valor da força de trabalho no âmbito dos países centrais. Dessa forma, é nessa relação que se verifica a importância da mais-valia relativa, uma vez que o aumento da produtividade gera uma queda no preço social dos bens-salário e viabiliza um menor gasto para o capitalista industrial, impactando positivamente no seu excedente (Carleial, 2012; Marini, 2017).

Resumidamente, entende-se que o respectivo aumento da produtividade dos trabalhadores latino-americanos importa, na verdade, para acentuar a superexploração da força de trabalho dependente, que é responsável por exportar essencialmente matérias-primas e alimentos, ou seja, os bens-salário necessários para a continuidade e reprodução da dinâmica capitalista, a um preço mais baixo do que os produtos industrializados do exterior. Ao fazer isso, esses bens-salário podem ser adquiridos de maneira mais acessível pelos capitalistas industriais, possibilitando por consequência o barateamento do custo da força de trabalho nessas economias centrais e o aprofundamento da superexploração do trabalhador. No limite, a superexploração dos trabalhadores latino-americanos apresenta uma relação direta com o barateamento dos custos da FT do centro, o que denota um vínculo sistêmico gerado pela dependência (Marini, 2017; Neves, 2012).

2.3 Industrialização dependente e nova Divisão Internacional do Trabalho

Tendo sido estabelecidas as bases da Teoria Marxista da Dependência por intermédio dos desdobramentos da Divisão Internacional do Trabalho, faz-se imprescindível discorrer acerca do entendimento de Marini sobre a industrialização latino-americana. Mais precisamente, é necessário desmistificar a visão apresentada por diversos autores de que doutrinas desenvolvimentistas acarretam o progresso das regiões periféricas de maneira imanente. Primeiramente, é de suma importância para o referido trabalho se afastar do raciocínio de parcela majoritária dos argumentos da Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e de vários teóricos da referida instituição. Mais precisamente, o que deve ser realizado é uma reiteração do caráter mais radicalizado da dependência segundo Marini, na qual existe a impossibilidade de reversão enquanto perdurar a dinâmica capitalista (Marini, 2013).

Enquanto a CEPAL atribui a responsabilidade da dependência ao capital estrangeiro, elencando a necessidade de haver um rompimento com esse elemento dentro da própria estrutura, a Teoria Marxista da Dependência elaborada por Marini aponta para o protagonismo do capital como um todo. Assim, para esta última, é impossível a existência de qualquer ruptura enquanto ainda houver o sistema capitalista, visto que a dependência é essencialmente uma condição para a reprodução deste. Desse modo, a TMD deságua em uma lógica revolucionária, entendendo como necessária a quebra da dinâmica capitalista como um todo na medida em que não existe uma outra forma em que ela possa operar (Marini, 2000, 2012, 2013). Em termos gerais, denota-se uma aproximação de Marini com Lênin (2010) no sentido em que ambos entendem ser impossível os países imperialistas adotarem políticas que não estejam viesadas com este mesmo caráter, reforçando a obrigatoriedade de uma quebra sistêmica para livrar a periferia da dependência.

Ademais, no que diz respeito aos movimentos de industrialização, os argumentos cepalinos embasam a ideia de que a industrialização apresenta a capacidade de alterar não apenas as condições internas da periferia, mas também a própria Divisão Internacional do Trabalho. Portanto, a industrialização enquadra-se como uma proposta da CEPAL para superar a dependência na medida em que a comissão julga ser possível suplantar a deterioração dos termos de troca por meio de políticas desenvolvimentistas (Cardoso, 2020). Com base no que foi exposto até o momento, é possível identificar que, para a TMD, isso não se aplica dada a impossibilidade de mudanças no âmago da lógica de acumulação capitalista. Vale mencionar que até mesmo a questão da deterioração dos termos de troca é passível de

críticas a partir de uma perspectiva marxista, uma vez que para Marini, o que deve ser olhado é o valor.

Nesse aspecto, destaca-se que a ótica da TMD atesta que, na América Latina, “a industrialização não cria a sua própria demanda, mas nasce para atender a uma demanda já existente e se estruturará a partir das exigências procedentes dos países avançados” (Carleial, 2012, p. 9). Isso significa que o movimento desenvolvimentista, na verdade, também está vinculado com os interesses do centro capitalista, de modo que não decorre em nenhum tipo de vantagem ou evolução para a periferia. Então, pode-se observar que o desenvolvimento nos países latinos como México e Argentina não significou o nascimento de uma economia industrial nesses locais, apenas a migração destes para um novo papel dentro da dinâmica da DIT. No que tange ao Brasil, é possível identificar uma economia industrial em um período durante o qual a pauta exportadora fica bastante equilibrada entre *commodities* e manufaturados, porém, a questão passa a ser para onde o Brasil exporta manufaturados e para onde exporta *commodities*, de modo que nesta relação se verifica o subimperialismo. Em um contexto de superexploração da força de trabalho e inexistência de mercado interno para consumo, os vizinhos latinos se apresentam como os receptores dessa produção mais industrializada (Marini, 2017).

Aqui, faz-se imperativo compreender um ponto central que foi trabalhado nas discussões acerca do imperialismo clássico, mais precisamente acerca das abordagens sobre o papel essencial da exportação de capitais, que passa a se sobressair em relação à exportação de mercadorias. Desse modo, a partir do momento em que a economia mundial atinge um patamar mais avançado, com o incremento do padrão de concentração e centralização de capitais, passa a ser necessário que este acúmulo seja escoado, momento em que o progresso industrial de regiões periféricas se faz incrivelmente oportuno. Assim, a periferia aparece como uma via de escoamento de capitais imprescindível, de modo que esse processo orienta suas economias para a direção da indústria. Portanto, mostra-se que esse rumo desenvolvimentista nos países citados não emerge como um movimento de progresso interno, mas sim de resposta às novas necessidades do imperialismo (Carleial, 2012; Marini, 2017).

Isso se comprova quando se leva em consideração o fato de que a passagem destes Estados para um ramo mais industrial se deu simultaneamente aos anos de crise da economia mundial. Então, nos momentos em que houve uma limitação da absorção do mercado externo, o eixo da acumulação nestes países periféricos migra para a indústria para melhor receber os fluxos de capital advindos do centro. Em outros termos, o que se percebe é um novo tipo de hierarquização dentro da economia global, que promove uma atualização à

estratificação previamente estabelecida. Isso é concebido como uma Nova Divisão Internacional do Trabalho, visto que os países latino-americanos passam a cumprir uma nova função dentro da lógica da dependência, sendo vinculados à indústria (Carleial, 2012; Marini, 2017).

Isso não significa, em hipótese alguma, que há um descolamento por parte destes Estados de sua condição dependente. É justamente esse o ponto-chave para Marini, que entende a industrialização como uma reestruturação da inserção latino-americana na dependência, ponto em que ele estabelece uma reaproximação das economias industriais periféricas com o modelo primário-exportador. É indubitável que esta aproximação encontre, de fato, uma correlação significativa, visto que a incorporação de recursos tecnológicos em conjunto com a questão da superexploração da força de trabalho são fatores que desaguam na mesma lógica de restrição do mercado interno. Assim, as economias periféricas latino-americanas permanecem produzindo com a finalidade exclusiva de atender às demandas centrais, o que refuta o argumento cepalino de que a industrialização causaria um progresso a nível doméstico (Carleial, 2012; Marini, 2017).

No que tange o ponto da superexploração, convém resgatar a importância da incorporação tecnológica, que, como visualizada em Marx, tem a capacidade de gerar um exército industrial de reserva e fomentar a capacidade do capitalista de explorar a força de trabalho do trabalhador (Marx, 1985, 1996a, 1996b). Essa discussão será resgatada novamente no âmbito do subimperialismo, visto que este se baseia intensamente no aumento da exploração para gerar um acréscimo de mais-valor. Logo, convém ressaltar a maneira com que a nova DIT afeta a dependência no sentido de enfatizá-la, dando novos papéis para as economias latinas periféricas, mas sempre dentro desse contexto imperialista. Não obstante, essa reorganização da dependência também carece das atualizações sofridas pelo imperialismo, que serão discutidas no âmbito da financeirização.

Por ora, pode-se adiantar que a escalada da importância das finanças (que já apresentava relevância em Marx) também atuará no sentido de reestruturar a dinâmica de acumulação dentro de uma lógica de acirramento da dependência, sempre privilegiando os interesses e necessidades do centro. Nesse ponto, serão verificadas diversas políticas de facilitação à valorização fictícia do capital, que contarão com a participação dos Estados no tocante à proteção deste novo padrão de acumulação via favorecimento dos capitais internacionais (Furtado, 1974; Marini, 2017). Esse entendimento corrobora com a construção

realizada por Marini e encontra boa ilustração na seguinte exposição de Furtado⁹: “Sabemos agora de forma irrefutável que as economias da periferia nunca serão desenvolvidas, no sentido de similares às economias que formam o atual centro do sistema capitalista” (Furtado, 1974, p. 75).

Desse modo, reitera-se a abordagem revolucionária da Teoria Marxista da Dependência a partir do entendimento de que, enquanto perdurar o modo de produção capitalista, não há espaço para transformações substanciais nas economias periféricas. A partir disso, é necessário estabelecer uma compreensão de que a dependência, não podendo ser quebrada no interior do capitalismo, acaba sendo reforçada pelos seus fenômenos e desdobramentos. Assim, as transformações evidenciadas por esse modo de acumulação ao longo dos anos acabam impactando, por consequência, na dependência das nações periféricas perante às centrais (Furtado, 1974; Neves, 2012). Concordamos com o raciocínio de que a dependência é uma questão de grau, afirmação que o subimperialismo brasileiro confirma em suas relações com os demais países do continente, momento em que se faz oportuno avançar para uma elaboração aprofundada acerca do referido objeto de análise.

3. Capitalismo “*Sui Generis*” na América Latina e o subimperialismo brasileiro

Para melhor fundamentar a compreensão acerca do subimperialismo como um desdobramento das relações imperialistas e de dependência, faz-se inescapável mencionar a diferenciação significativa entre a proposta de Raúl Prebisch sobre a deterioração dos termos de troca e o entendimento de Ruy Mauro Marini sobre o intercâmbio desigual. A leitura de Marini, na verdade, sugere uma substituição do argumento cepalino de intercâmbio desigual pela teoria das transferências estruturais de valor da periferia para o centro, que seria a verdadeira força motriz da dependência na medida em que trata da mais-valia e do valor propriamente dito (Marini, 2012; Traspadini, 2012). Logo, é fundamental distinguir os conceitos de preço e valor, notando que enquanto este último se revela no tempo de trabalho, o primeiro se trata de uma forma fenomênica, isto é, sua manifestação em dinheiro. Ao tratar do intercâmbio desigual, Marini sugere que os valores tendem a permanecer os mesmos durante um certo período de tempo, enquanto os preços oscilam de acordo com os movimentos mais imediatos do mercado, como oferta e demanda (Marini, 2000, 2012).

⁹ Sabe-se que Furtado, embora chegue a esse reconhecimento, permanece com expectativas de melhorias em uma chave keynesiana. Contudo, o trecho em questão é interessante para atestar a incapacidade da periferia de chegar ao patamar do centro, mesmo com a industrialização.

Essa discussão configura a base para compreender as razões pelas quais alguns países periféricos como o Brasil adotam práticas subimperialistas, sendo o intuito deste desdobramento contornar as transferências estruturais de valor. Dito isso, essas transferências podem ser realizadas de variadas formas: (i) pagamento de juros; (ii) remessa de lucros e dividendos; (iii) pagamento de *royalties* e (iv) pelo próprio intercâmbio desigual. No que concerne ao pagamento de juros, verifica-se que o capital internacional estabelece um contrato de dívidas que, em última instância, exige uma remuneração. Portanto, o capitalista periférico que necessitou tomar empréstimos para colocar em marcha algum tipo de investimento (ou simplesmente para equilibrar seu Balanço de Pagamentos) assume o compromisso de arcar com os custos dos juros (Marini, 2013, 2017). Ao adiantar uma das contribuições de Chesnais, depreende-se que esta forma de transferir valor nada mais é do que uma parte do excedente que deve ser repassada ao dono do capital que foi tomado emprestado em uma lógica de valorização financeirizada (Chesnais, 2016).

Em relação a lucros e dividendos, constata-se que a transferência de valor se revela na medida em que são admitidas entradas de capital nas economias dependentes sob a forma de investimento estrangeiro direto, que exige remuneração manifesta no repatriamento de lucros. Isso se vincula diretamente com a Divisão Internacional do Trabalho, uma vez que os países periféricos são condicionados a possuir uma determinada pauta produtiva e, portanto, não conseguem se apropriar dos excedentes de forma plena. Isso culmina, inclusive, na tentativa do capitalista periférico de se industrializar, mas estas se revelam insuficientes na medida em que acabam recaindo na armadilha da dependência. Um exemplo disso é a forma com que os empreendimentos desenvolvimentistas para diversificar a produção – e escapar, assim, da transferência de valor via lucro – esbarram na forma subsequente, visto que existe a necessidade de importar tecnologia de fora (Marini, 2013, 2017).

Dessa forma, denota-se a transferência estrutural de valor através do pagamento de *royalties*, que atuam como uma remuneração que deve ser paga por uma tecnologia patenteadada. Seguindo uma lógica semelhante à primeira, esta forma de transferir valor reside na necessidade do capitalista periférico remunerar uma certa tecnologia que foi importada para atender a um objetivo produtivo em seu ambiente doméstico, como por exemplo o ímpeto pela diversificação produtiva, mencionado anteriormente. Isso implica, eventualmente, uma nova expropriação de parte do seu excedente para cumprir com mais esse tipo de compromisso, de modo que se observa uma impossibilidade de quebra da estrutura. Entretanto, é natural o fato de que, com o advento da dinâmica financeirizada, a transferência de valor via juros passe a ser a forma mais expressiva (Marini, 2013, 2017).

Em síntese, pode-se depreender que todos os tipos de transferências estruturais de valor aplicam uma série de restrições ao excedente obtido pelo capitalista periférico, que acaba sendo compelido, por ao menos uma das vias exploradas, a ceder parte desse mais-valor ao centro capitalista. O que se conclui é que as tentativas de driblar esses caminhos são sempre mal sucedidas, visto que ao desviar de uma das três formas de transferência, o capitalista periférico acaba caindo em outra. Dito isso, revela-se a impossibilidade de resolver um problema que se demonstra estrutural. Tendo em vista a incapacidade de parar de transferir excedente, só resta uma alternativa, compensar o mais-valor perdido por intermédio da geração de mais excedente bruto (Marini, 2013, 2017).

É neste cenário que Marini aponta para a emergência do subimperialismo brasileiro na América Latina. Segundo ele, o processo de expansão capitalista, ao alcançar os países latino-americanos, teria provocado um capitalismo “*sui generis*”, ou seja, de origem particular. Essa condição peculiar se dá por intermédio dos fatores trabalhados anteriormente, reiterando que, com a Divisão Internacional do Trabalho e a inserção dos países latinos na dinâmica internacional de maneira limitante, são geradas transferências estruturais de valor da periferia para o centro que podem acontecer sob a forma de juros, lucros, ou mesmo *royalties* e trocas comerciais. Portanto, essa lógica faz com que o capitalista periférico, que enxerga seu excedente sendo subtraído, tente contrabalancear essa questão através da superexploração da força de trabalho (Marini, 2017). Isso se clarifica na seguinte afirmação:

[...] a economia latino-americana apresenta peculiaridades, que às vezes se apresentam como insuficiências e outras – nem sempre distinguíveis facilmente das primeiras – como deformações. Não é acidental portanto a recorrência nos estudos sobre a América Latina a noção de “pré-capitalismo”. O que deveria ser dito é que, ainda quando se trate realmente de um desenvolvimento insuficiente das relações capitalistas, essa noção se refere a aspectos de uma realidade que, por sua estrutura global e seu funcionamento, não poderá desenvolver-se jamais da mesma forma como se desenvolvem as economias capitalistas chamadas de avançadas. É por isso que, mais do que um pré-capitalismo, o que se tem é um capitalismo *sui generis*, que só adquire sentido se o contemplamos na perspectiva do sistema em seu conjunto, tanto a nível nacional, como, e principalmente, a nível internacional (Marini, 2017, p. 1-2).

Então, sendo impossível quebrar a cessão de mais-valor ao capital estrangeiro, é necessário aumentar a produção do excedente como um todo, algo que pode ser feito tanto pela redução do tempo de trabalho necessário quanto pela ampliação do tempo de trabalho excedente. A partir disso, compreendemos que o subimperialismo, para Marini, expressa esta dinâmica *sui generis* que deriva da acumulação do capital e, ao chegar nas economias latinas, segue “uma hierarquização dos países capitalistas em forma piramidal” (Marini, 1974, p. 22) para subordinar a periferia e torná-las centros medianos de acumulação. Em outros termos, a

periferia latina se desenvolve de maneira subordinada e dependente, e o Brasil, em específico, se converte em uma potência capitalista mediana que exercerá, na região, um papel diferenciado (ainda que subordinado à hegemonia global) (Marini, 2012). É neste ponto que julgamos residir uma definição mais apropriada de subimperialismo, entendendo que esta dinâmica causa na economia latino-americana um aprofundamento da dependência através das relações de produção do Brasil com os vizinhos latinos, além do acirramento de características como a superexploração do trabalho.

O aumento da superexploração da força de trabalho pode se verificar através de 3 elementos principais: maior intensidade do trabalho, maior jornada de trabalho e redução do fundo de consumo do trabalhador. No que concerne ao primeiro, é possível deduzir que uma maior intensidade do trabalho faz com que mais excedente seja gerado, aumentando assim o TTE. O segundo se manifesta de forma ainda mais clara, visto que um acréscimo na jornada de trabalho do trabalhador implica necessariamente o aumento do TTE na medida em que este permanece mais tempo produzindo mais-valor. Por fim, a redução do fundo de consumo do trabalhador, mesmo que não reduza o TTN, envolve uma remuneração menor do que o valor da força de trabalho, que passa a ter um custo menor para o capital, levando a mais tempo de trabalho não pago e, conseqüentemente, mais excedente. Logo, reduzir a remuneração da força de trabalho para um valor inferior ao necessário para sua reprodução permite, por consequência, um aumento do TTE e do mais-valor que dele decorre (Marini, 2017).

Esses três meios oferecidos por Marini, apesar de coerentes, passam por uma atualização necessária fornecida por Amaral (2006) ao mencionar uma quarta possibilidade, uma determinação do valor da força de trabalho que se dá por um processo histórico-social. Em conformidade com essa perspectiva, o avanço das forças produtivas acarreta maiores necessidades para o trabalhador, de modo que, para atendê-las, é necessário que haja um avanço proporcional em sua remuneração. Contudo, caso esse aumento não seja integralizado em seu salário, estamos diante de uma nova conjuntura que nega ao trabalhador as condições básicas pelas quais ele possa repor o desgaste de sua força de trabalho, configurando uma nova forma de superexploração. Então, esta quarta forma ressalta uma nova possibilidade de remunerar a força de trabalho abaixo do seu valor, uma vez que o trabalhador observa um aumento de suas necessidades sem verificar um aumento na remuneração que possa garanti-las (Amaral, 2006).

Tendo como base esse pano de fundo, vale aprofundar a definição deste fenômeno reconhecendo que o subimperialismo se manifesta através da replicação de práticas

imperialistas, com a diferença de que estas são essencialmente realizadas por economias periféricas – em nosso exemplo o Brasil –, em seu contexto regional para contornar a perda de excedente pelas transferências estruturais de valor e gerar uma recomposição dos seus lucros. É necessário progredir no tema com certa cautela teórica, e deve-se ter em mente que o subimperialismo não é um fenômeno que se apresenta de maneira exclusiva ao Brasil. Pelo contrário, o subimperialismo não é especificamente brasileiro e nem representa uma anomalia no que concerne ao capitalismo dependente, porém, é necessário ser ainda mais cuidadoso para compreender que nem todos os países periféricos podem ser abrangidos por esta categorização (Marini, 2013; Marini, 2017).

É imprescindível não esquecer que a concepção subimperialista continua atrelada à lógica marxista de vínculo indissociável entre economia e política, de modo que não é possível estabelecer uma concepção que não envolva os dois espectros de maneira simultânea. Nesse aspecto, verifica-se que o subimperialismo tem sua exequibilidade pautada nas condições experienciadas pelas sociedades e economias dos Estados periféricos, de modo que somente naqueles cujo grau de industrialização se observou mais avançado é possível implementar essa lógica de replicação imperialista. Dessa forma, Marini busca precisar a definição de subimperialismo ao trabalhar a noção de que este seria a forma assumida por economias dependentes que conseguiram chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro (Marini, 2012, 2017).

Aqui, convém sinalizar que a expressão de um subimperialismo brasileiro se relaciona com uma escalada da intensidade das rivalidades interimperialistas no cenário internacional. Como será destacado posteriormente, para Marini, essas disputas mais efusivas não são derivadas do subimperialismo, como aponta Callinicos (1994), mas sim um fator causante para esse desdobramento. Isso se dá pelo fato de que, nos momentos de maior intensidade interimperialista, os países centrais e os grandes conglomerados iniciam um processo de transferência de plantas produtivas para nações em que se pode verificar um custo de força de trabalho menor, naturalmente as da periferia capitalista. Assim, ocorre uma intensificação da acumulação por intermédio da exportação de capitais na medida em que essas plantas produtivas são exportadas (Harvey, 2008; Marini, 2012).

Esse movimento de exportação de plantas produtivas está diretamente vinculado à questão já trabalhada da reorganização da DIT, que, mais uma vez, não tem a capacidade de remover o país periférico da sua condição de dependência e nem cessar com as transferências de valor para o centro. Assim, o Brasil se enquadra nesse cenário com uma industrialização demasiadamente atrelada a Investimentos Estrangeiros Diretos (IED), em grande parte

provenientes dos Estados Unidos e em especial no setor manufatureiro (Marini, 1977, 2012). Logo, o subimperialismo brasileiro adquire grande expressão a partir da materialização de investimentos e plantas produtivas realizadas pelos EUA:

Imagem 1 – Investimentos dos EUA no exterior (em bilhões de dólares)

QUADRO 1- INVESTIMENTOS DOS ESTADOS UNIDOS NO EXTERIOR (EM BILHÕES DE DÓLARES)						
Classe de Investimentos	Total			Europa Ocidental	Canadá	América Latina
	1955	1965	1968*	1968*	1968*	1968*
Investimentos privados	29 136	81 197	101 900	28 124	31 679	17 077
A longo prazo	26 750	71 044	88 930	24 687	30 476	13 791
Diretos	19 395	49 474	64 756	19 386	10 488	11 010
Outros	7 355	21 570	24 174	5 301	10 988	2 781
Ativos de curto prazo	2 386	10 153	12 970	3 437	1 203	3 286
Crédito do Governo dos Estados Unidos	13 143	23 479	28 524	011	011	5 204
Total	65 076	120 176	146 134	39 658	31 694	22 281

Fonte: Departamento de Comércio dos Estados Unidos (*apud* TAMAMES, 1974, p. 339).

*Dados provisórios

Fonte: Marini (2012)

Imagem 2 – Valor do IED dos EUA por atividade (em milhões de dólares)

QUADRO 2 - VALOR DO INVESTIMENTO DIRETO DOS ESTADOS UNIDOS NO EXTERIOR POR TIPO DE ATIVIDADE (EM MILHÕES DE DÓLARES)			
Atividades	1950	1960	1970
Total	11 788	32 765	70 763
Manufaturas	3 831	11 152	29 450
Petróleo	3 390	10 948	19 985
Serviços Públicos	1 425	2 548	2 676
Mineração e Metalurgia	1 129	3 001	5 635
Comércio	762	2 397	5 832
Outros	1 251	2 709	7 194

Fonte: CHAPOY (1973, p. 109).

Fonte: Marini (2012)

Um ponto-chave para a linha de raciocínio que está sendo traçada é o fato de que a teorização do presente trabalho sobre o subimperialismo tem como pontapé inicial o ponto de vista dos interesses do capitalista periférico, sendo estes, porém, corroborados pelo Estado na

medida em que cede à pressão da classe dominante e executa políticas nesse sentido. Quando se trata do cenário particular do Brasil, Marini deriva o subimperialismo da superexploração num contexto de industrialização, fundamentando esse desdobramento na dinâmica econômica. Porém, ao tratar da função ativa do Estado como executor de políticas imperialistas, julgamos ser possível visualizar o subimperialismo como um projeto conduzido devido à realidade do país e suas condições:

Tem sido em função disso que o Estado brasileiro tem conseguido pautar o projeto, não de uma estrutura subimperialista, senão de uma política subimperialista, com um grau de racionalidade muito superior ao que podia conferir-lhe o capital nacional e estrangeiro que opera no Brasil [...] É nesse contexto que se pode entender a dinâmica subimperialista do Brasil nos últimos cinco anos e, em particular, as margens de ação com que conta o Estado brasileiro para levar adiante seu projeto (Marini, 2012, p. 66-7).

Logo, verifica-se neste período um ponto de inflexão de suma importância para o Brasil na medida em que a máquina estatal passa a ser tomada pelos interesses do capitalista periférico, de modo que o país passa a atuar sob a égide imperialista e avançar políticas desse cunho sobre os vizinhos latinos e sobre o trabalhador (tanto brasileiro, em particular, como latino-americano, no geral). Portanto, a conjuntura econômico-política capitalista do mundo globalizado, indicando uma transição para uma ordem multipolar, viabilizou a consolidação de uma dinâmica subimperialista no Estado brasileiro (Marini, 2012, 2013). Em outros termos, o Brasil da década de 1970 se enquadra no “perfil” necessário para o subimperialismo ao atingir um certo patamar de industrialização¹⁰, ainda que esta tenha sido subordinada e condicionada aos interesses de uma nova demanda central (Marini, 2012).

O que se conclui é que as características inerentes ao próprio capitalismo, como a DIT e a sua respectiva reorganização, atuam no sentido de formar centros subimperialistas relacionados às nações centrais que surgem com a finalidade de explorar os povos vizinhos (Marini, 2013). Isso significa que o Brasil passa a atuar como um centro mediano de acumulação, um país subimperialista que não elimina sua condição de dependência, mas acirra os malefícios capitalistas em todo o território latino por intermédio de uma relevante intervenção estatal (Bueno; Seabra, 2010; Marini, 2012). A participação estatal, como identificado por Bueno e Seabra (2010), não constitui o elemento principal para Marini na medida em que este trata o subimperialismo como derivado do capital e da dinâmica econômica, não do Estado. Contudo, na nossa definição, a associação entre Estado¹¹ e capital

¹⁰ É difícil afirmar com clareza quando o subimperialismo brasileiro, de fato, teve início. Contudo, pode-se perceber que os eventos da transição dos anos 1960 para 1970 impactaram significativamente a expressão dessa dinâmica, tornando-a bastante clara.

¹¹ O Estado brasileiro não está limitado ao seu governo, de modo que o sentido aqui empregado deriva de uma concepção mais ampla de um vínculo estatal com os objetivos do capital.

para viabilizar a internacionalização e a superexploração dentro desta dinâmica particular possibilita a compreensão de uma “adoção do projeto” subimperialista.

Aprofundando esse entendimento, Marini aponta para o governo do general Castelo Branco (1964-1967) como uma representação fiel da implementação deste projeto. A ideologia do subimperialismo como um desdobramento emergente no Brasil, neste momento, advém diretamente do americanismo da política externa brasileira (PEB) na ocasião, com uma diplomacia conhecida como “política de interdependência continental”. O Brasil era, basicamente, um peão dentro do tabuleiro estadunidense, e atendia às necessidades do país norte-americano em diversos e variados setores. Assim, essa política externa se via extremamente vinculada com a economia capitalista mundial, sofrendo as variações advindas desse sistema e afetando inescapavelmente o Brasil dentro desse contexto (Marini, 2013).

Essa análise, em última instância, ratifica a união marxista entre economia e política, de modo que os desdobramentos observados neste ramo político serão diretamente sentidos na economia brasileira, em especial com o subimperialismo. Destaca-se que por conta do vínculo com os Estados Unidos, o direcionamento da PEB sob as diretrizes da política de interdependência continental e os seus respectivos impactos só podem ser analisados mediante os acontecimentos observados pelos EUA no pós-guerra, mais precisamente nas relações deste com as nações periféricas. Em suma, no que concerne à economia brasileira, seus desdobramentos passam a estar condicionados a posição do Brasil frente aos Estados Unidos (Marini, 2013).

Então, ao observar uma expansão subimperialista do Estado brasileiro no cenário da América Latina durante o referido período, o que está se verificando, na verdade, é um fenômeno que atua como uma “extensão indireta do imperialismo estadunidense” (Marini, 2013. p. 130). Isso significa que a economia brasileira passa a atuar de maneira integrada aos EUA, ostentando um “imperialismo periférico” (que na verdade representa o próprio entendimento de subimperialismo) sob o comando do imperialismo estadunidense. O que Marini concebe é a intenção brasileira de desempenhar um papel secundário nas políticas imperialistas estadunidenses, tanto na área econômica quanto militar, por intermédio do subimperialismo no continente latino-americano (Marini, 2013). Uma ilustração da influência norte-americana foi a ditadura, que, no Brasil, teve início no próprio governo de Castelo Branco e se alastrou por décadas com o auxílio estadunidense, manifestado no empreendimento da “Operação Condor” (Marini, 2013; Neto, 2018).

Ao reiterar as condições proporcionadas pelos Estados Unidos após o aumento substancial de seus IEDs no Brasil, pode-se depreender que o subimperialismo brasileiro está

estritamente vinculado e subordinado aos interesses estadunidenses. Esse fator é mais um incremento para a hipótese de que não existe a possibilidade do fenômeno subimperialista retirar o Brasil da dependência, visto que na verdade ele simboliza apenas uma nova organização desta. Não obstante, percebe-se que o subimperialismo, segundo a definição que adotamos, se origina a partir dos interesses do centro capitalista (neste caso, em especial os Estados Unidos) e estabelece um vínculo político e econômico com o Brasil, sempre ressaltando as características de subordinação. Nesse ponto, convém aprimorar o entendimento dessa dinâmica na economia brasileira a partir de dois componentes basilares: a composição orgânica média dos aparatos produtivos nacionais e a execução de uma política expansionista relativamente autônoma (Marini, 1977, 2012).

A composição orgânica média implica que o Brasil, enquanto economia dependente, alcançou uma estrutura produtiva que se assemelha um pouco mais à média global dos países imperialistas mais poderosos. Isso significa que a economia brasileira, ao mesmo tempo em que resguarda sua condição periférica, atingiu um grau de industrialização suficiente para abrigar grandes empresas e setores monopolistas (Marini, 1977, 2012). Um exemplo clássico desse aspecto que se demonstra extremamente presente nas contribuições de Marini é a indústria automotiva, contexto no qual ele define automóveis como bens suntuários. Vale destacar que esse grau mais elevado de industrialização, em que a economia dependente incorpora certa capacidade tecnológica que irradia do centro capitalista, traz inerentemente consigo problemas de realização (Marini, 2000; Neves, 2012).

Portanto, o desenvolvimento da indústria brasileira, em especial no que diz respeito ao setor automotivo, foi responsável por exacerbar questões previamente presentes como a má distribuição de renda, uma vez que a dinâmica capitalista neste grau mais elevado enfatiza ainda mais a concentração de capital nas mãos de uma elite substancialmente pequena. A concentração é uma tendência desse modo de produção na medida em que a indústria automobilística demanda uma centralização de capitais elevada para que possa operar, levando à formação dos monopólios. A resposta, portanto, advém do Estado, que empreende esforços para viabilizar a implementação dessa indústria por intermédio de políticas que, em última instância, visam atender apenas à classe média-alta da sociedade (Marini, 1977, 2000, 2012).

Como evidência, destacam-se as “políticas de subvenções aos produtores e de financiamento aos consumidores, e pela inflação, que funciona como um mecanismo de transferência de renda para viabilizar o consumo desses bens suntuários pelas camadas de médias e altas rendas” (Neves, 2012, p. 41). Depreende-se disso que o Estado assume papel

ativo, atuando no sentido de pavimentar o caminho para o consumo de bens suntuários por aquilo que ele reconhece por “esfera alta” de circulação, fazendo isso em detrimento da “esfera baixa”. Enquanto as políticas de financiamento envolvem acesso a linhas de crédito, a inflação atua como um mecanismo de transferência de renda ao passo que as camadas médias e altas da população têm mais facilidade de absorver o aumento generalizado dos preços, enquanto as mais baixas não conseguem manter o padrão de vida (Marini, 2000, 2017).

Desse modo, comprova-se a exclusão da esfera baixa neste mercado suntuário, visto que seu poder aquisitivo, que já era fraco, se torna ainda mais precário. Isso também demonstra um argumento central do subimperialismo, diretamente vinculado à questão da industrialização dependente e da nova DIT, que se pauta na compreensão de que a economia industrial-periférica brasileira, ao atingir este novo estágio, espelha as questões da superexploração do trabalhador e do modo de circulação, sem embargo, de uma forma específica, “já não é a dissociação entre a produção e a circulação de mercadorias em função do mercado mundial o que opera, mas a separação entre a esfera alta e a esfera baixa da circulação no interior mesmo da economia, separação que [...] adquire um caráter muito mais radical” (Marini, 2017, p. 341).

Então, o que se evidencia da reorganização da inserção brasileira na estrutura internacional é o fato de que, enquanto no primeiro momento (modelo primário-exportador) a questão central residia na falta de vínculo entre a pauta produtiva do Brasil e o seu mercado interno, o segundo momento (modelo industrial-periférico) acentua uma desigualdade que se verifica no próprio contexto doméstico, com uma separação planejada e evidente entre uma esfera alta e baixa de circulação. Como destacado, esse segundo cenário acentua as contradições de classe capitalistas dado que os elementos de concentração de renda e superexploração da força de trabalho se tornam ainda mais incisivos, impactando mais violentamente na desigualdade visualizada no país (Marini, 2017). De modo sintetizado, Marini expõe:

não podendo estender aos trabalhadores a criação de demanda para os bens suntuários e orientando-se na realidade para a compressão salarial, que os exclui de fato desse tipo de consumo, a economia industrial dependente não só teve que contar com um imenso exército industrial de reserva, como se obrigou a restringir aos capitalistas e às camadas médias e altas o consumo de mercadorias de luxo (Marini, 2000, p. 149-150).

Faz-se oportuno sinalizar que esta teorização permanece atual na medida em que a concentração de renda não foi contrabalanceada, ganhando espaço para crescer e se tornar ainda mais violenta perante os indivíduos da esfera baixa de circulação. Desse modo, por meio de dados fornecidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pode-se

notar que o subimperialismo atuou no sentido de reforçar a desigualdade existente no âmago da sociedade brasileira (Neves, 2012). O papel do projeto subimperialista nesse sentido é corroborado por Neves (2012) na medida em que ele destaca que o setor automotivo, ao continuar apresentando problemas de realização, necessitou de um apoio contínuo dos governos brasileiros para obter políticas de favorecimento, sendo alguns exemplos:

a da política cambial, redução de tarifas de importação para bens de capital, as Câmaras Setoriais, de incentivos fiscais, de crédito e outros benefícios, conhecidos por “guerra fiscal”, entre os Estados para atraírem esse tipo de indústria, e que favorecem a realização da produção dessa indústria no mercado brasileiro e internacional, acentuando o quadro de dependência (Neves, 2012, p. 42).

A partir disso, é viável reiterar a forma com que o subimperialismo reflete os interesses do capitalista periférico e, através de pressões constantes sobre o governo, passa a contar com o apoio estatal para implementar práticas de cunho imperialista. O trecho extraído da obra de Neves (2012) é de suma importância para o presente trabalho na medida em que adianta um elemento fulcral, expondo de maneira clara a hipótese trabalhada, mais especificamente a acentuação do quadro da dependência por meio das políticas subimperialistas. Furtado entra em consonância com o argumento de que existe um acirramento da dependência causado pelo progresso técnico e pelo protagonismo do sistema financeiro no âmbito da hegemonia internacional, sendo manifestado através da dominação tecnológica das empresas multinacionais e das articulações desse sistema financeiro¹² (Furtado, 1974).

Apesar de não entrar no mérito do subimperialismo, a equivalência de Furtado com Marini na questão do aprofundamento da dependência por conta do aumento da acumulação através das dinâmicas da segunda DIT pode ser utilizada para explorar esse entendimento. Ao estabelecer que as relações centro-periferia são fundamentalmente sustentadas pelas políticas estatais de favorecimento dos capitais internacionais, há uma correlação com a hipótese trabalhada na medida em que se observa um enquadramento do Brasil pós reestruturação produtiva dentro da lógica dependente. Assim, no contexto do subimperialismo brasileiro, o país continua passível aos interesses do centro e repassa os prejuízos dessa maior dependência para o trabalhador latino-americano por meio de uma superexploração que, como já evidenciado, se torna mais intensa com a incorporação de padrões técnicos mais elaborados (Furtado, 1974; Marini, 2012).

¹² Mais uma vez, reitera-se que Furtado destoa da linha de raciocínio na qual Marini, nosso autor principal, está vinculada. Ainda assim, é interessante demonstrar a forma com que, a despeito das diferenças teóricas, sua concepção concorda parcialmente com um ônus acirrado da condição de dependência pelo avanço do capitalismo e das finanças.

Após dedicar-se exaustivamente à exploração da composição orgânica média dos aparatos produtivos nacionais, esforço inescapável, convém abordar também a execução de uma política expansionista relativamente autônoma, elemento que implica que o Brasil se lança em uma política de integração ao sistema produtivo imperialista. Esse relativismo do expansionismo periférico indica que o Brasil passa a agir de modo a replicar práticas imperialistas, porém dentro do contexto de dominância global, de forma que, apesar dessas diretrizes, o país ainda se encontra sob o jugo do imperialismo central. Mais precisamente, o que se extrai do subimperialismo é que o mesmo se trata de uma integração a um novo processo produtivo que, todavia, mantém a hegemonia imperialista a nível internacional (Marini, 1977, 2012). Por óbvio, esse fato corrobora a incapacidade do subimperialismo brasileiro (e seria o mesmo com qualquer outro) em quebrar as amarras da dependência.

Isto posto, o subimperialismo se demonstra um desdobramento claro do imperialismo na medida em que acontece nas condições propostas por Lênin (2010), mais especificamente como uma etapa em que a livre concorrência deu lugar à dominação monopolista e em que há predominância do capital financeiro. Essa convergência se mostra relevante ao passo que Marini afirma que a teoria de Lênin configura um ponto de referência obrigatório para as investigações acerca do subimperialismo, o que comprova o caráter imprescindível dos elementos destacados para compreender os momentos e espaços em que esse desdobramento se verifica. Ainda assim, Marini faz questão de esclarecer que a teoria de Lênin se concentra essencialmente em explicar o imperialismo, não podendo ser utilizada para barrar o estudo do subimperialismo na medida em que este configura um conceito diferente (Marini, 2013).

Logo, apesar de partir das transformações identificadas por Lênin no que concerne ao imperialismo, o desdobramento do subimperialismo se apresenta como algo diferenciado. É natural que seja, por óbvio, uma vez que se refere a ações de Estados menos poderosos, que não estão incluídos na esfera central do sistema capitalista, ainda que busquem replicar suas práticas imperialistas perante outras nações periféricas. Isso significa que o subimperialismo, ao apresentar especificidades, sai do quadro teórico do imperialismo mais amplo e adentra um panorama mais específico (Marini, 2013). Sendo assim, ao apresentar características próprias, o subimperialismo pode ser definido, em termos gerais:

a) a partir da reestruturação do sistema capitalista mundial que deriva da nova divisão internacional do trabalho; e b) a partir das leis próprias da economia dependente, essencialmente: a superexploração do trabalho; o divórcio entre as fases do ciclo do capital; a monopolização extremada a favor da indústria de bens de consumo suntuário; a integração do capital nacional ao capital estrangeiro ou, o que é o mesmo, a integração dos sistemas de produção (e não simplesmente a internacionalização do mercado interno, como dizem alguns autores) (Marini, 2013, p. 40).

Portanto, justifica-se a cautela categórica solicitada anteriormente ao saber que, assim como nem todo país pode ser considerado imperialista, nem todo país periférico pode ser considerado subimperialista, sendo necessário, para isso, ter atingido um grau de industrialização em que se verifiquem as características trabalhadas (Marini, 2012; 2013). Em suas obras, Marini não forneceu uma lista de quais seriam as nações subimperialistas em seus determinados contextos, priorizando uma abordagem conceitual focada em características estruturais e dinâmicas econômicas em detrimento da identificação de países individuais como subimperialistas. Uma exceção à regra parece ser o Brasil, escolhido como objeto analítico central e que teria se inserido nessa dinâmica a partir dos elementos trabalhados (Marini, 2012).

Na América Latina, ele afirma que a economia brasileira seria a única com a capacidade de adotar essas práticas: “Dito nestes termos, parece-nos que, independentemente dos esforços da Argentina e de outros países para ascender a uma posição subimperialista, apenas o Brasil expressa plenamente, na América Latina, um fenômeno desta natureza” (Marini, 1977, p. 17, tradução nossa). Assim, ele destaca o Brasil como a nação latino-americana que conseguiu, exclusivamente, trazer os elementos-chave do subimperialismo, trazendo por consequência uma alteração nas posições relativas da América Latina por meio de um caráter expansionista, que adota políticas subimperialistas que contribuem para o acirramento das desigualdades previamente existentes no continente. Logo, ao tornar-se um centro mediano de acumulação, o Brasil contribui para o alargamento da dependência latino-americana ao fomentar as amarras capitalistas no continente.

Enquanto subimperialista, o Estado brasileiro passa a adotar práticas que replicam aquelas realizadas pelas potências capitalistas globais, entretanto, no âmbito brasileiro estas passam a ser identificadas como “políticas de subpotência”. Esse entendimento tem a clara pretensão de demonstrar, uma vez mais, a forma com que essa política não coloca o Brasil em condições de ser identificado como um país imperialista, visto que o subimperialismo acusa um grande peso de seu prefixo “sub”. De todo modo, substituir o termo subimperialismo por subpotência revela um caráter reducionista na medida em que não contempla amplamente o papel assumido pelo Brasil nessa posição, que se diferencia dos vizinhos latinos, apesar de ainda dependente (Marini, 2012). Segundo Marini: “O subimperialismo brasileira implica uma política de subpotência; mas a política de subpotência praticada pelo Brasil não nos dá a chave da etapa subimperialista em que este tem entrado” (Marini, 2012, p. 62).

Reconhecendo a complexidade do tema e a pluralidade de elementos importantes, é conveniente empreender uma síntese que seja capaz, da forma menos reducionista possível,

de lidar com a definição do que entendemos por subimperialismo. De maneira clara, o subimperialismo pode ser entendido como “(...) a forma que assume a economia dependente ao chegar à etapa dos monopólios e do capital financeiro” (Marini, 2012, p. 31). Essa definição condensa o entendimento de que há um movimento de industrialização subordinada que permite ao Brasil aumentar sua composição orgânica do capital e, conseqüentemente, se internacionalizar por meio da exportação de capitais. Esse processo, confirmado na afirmação de Fontes (2010, p. 357) de que o Brasil se tornou uma “plataforma de exportação de capitais estrangeiros (e seus sócios brasileiros) para os demais países”, coloca o país como um líder dentro da América Latina, um centro (ainda que mediano) de acumulação que possui composição orgânica superior aos vizinhos latinos e que, portanto, se vê possibilitado de expropriar mais-valia dessas outras economias periféricas.

Essa condição, contudo, não altera o patamar do país em sua inserção internacional, além de reforçar a dependência latino-americana ao promover uma integração imperialista no continente por meio de uma maior integração ao mercado mundial (Bueno; Seabra, 2010). Portanto, entendemos o subimperialismo como um fenômeno próprio dos países que se convertem em centros médios de acumulação de capital (atingindo maior composição média), mas que, em última instância, permanecem dependentes e por isso caracterizados pela superexploração da força de trabalho. Uma das conseqüências derivadas dessa dinâmica é o fato de que a economia brasileira não desenvolve um mercado interno de consumo capaz de absorver mercadorias com maior densidade tecnológica (como por exemplo a indústria automobilística), de modo que resta recorrer para a exportação dessas mercadorias para os vizinhos latino-americanos de menor composição orgânica, uma vez que o centro não irá comprar esses produtos do Brasil.

Assim, no âmbito subimperialista, a transferência de valor (nesse caso, via trocas comerciais) da periferia latino-americana se verifica a favor do Brasil, reproduzindo a lógica mais geral da dependência. Essa questão exemplifica o que entendemos por replicação de práticas imperialistas na América Latina, uma vez que o Brasil se coloca como um centro médio de acumulação com maior composição orgânica do que seus vizinhos latinos e, portanto, implementa sobre eles uma pauta exportadora que seria impossível ser aplicada para o centro.

4. Atualizações necessárias ao (sub)imperialismo

4.1 Financeirização: a complexificação

Em consonância com Lapavitsas, “a financeirização aumentou o grau de complexidade do imperialismo” (Lapavitsas, 2008, p. 3, tradução nossa). Este movimento, que se verifica majoritariamente a partir da crise da década de 1970, é determinante para uma alteração das dinâmicas até então trabalhadas. O imperialismo se mantém, mas adentra uma fase financeirizada, transformação que é vista por teóricos como Gowan (1999) como sendo a principal inflexão do sistema capitalista, adquirindo relevância ainda maior do que a Grande Depressão de 1929. Sendo assim, é necessário entender os anos 1970 como um contexto de crise estrutural em que houve um colapso do acordo de Bretton Woods, que segundo Gowan é resultado de uma estratégia para reestruturar o poder dos capitais estadunidenses. Como já evidenciado, essa reorganização da acumulação capitalista, em especial sob os moldes dos EUA, é essencial para a dinâmica subimperialista do Brasil.

A retomada ao padrão-ouro com centralidade no dólar estabelecida em Bretton Woods possibilitou – especialmente após sua decadência – a emergência dos Estados Unidos como um “minotauro”, conforme argumenta Fiori (2004). A partir do momento em que o então presidente estadunidense Richard Nixon anuncia o fim da paridade ouro-dólar, em agosto de 1971, a moeda norte-americana passa a usufruir de uma condição de privilégio, uma vez que o dólar flutuante garante maior liberdade para os Estados Unidos atuarem como líderes globais. Nesse ínterim, não era mais necessário manter paridades e compromissos morais, de modo que houve uma fase de crescimento das empresas multinacionais sempre com grande protagonismo estadunidense. É nesse âmbito que se verifica, portanto, a consolidação de um sistema financeiro concentrado na praça nova iorquina conhecido como *Dollar Wall Street Regime* (DWSR) (Fiori, 2004; Gilpin, 2000; Gowan, 1999).

Com essa virada de chave, verifica-se um aumento considerável dos empréstimos financeiros e IEDs por parte dos Estados Unidos em direção a nações periféricas como o Brasil, como apresentado por Marini (2012). Esses financiamentos foram responsáveis por acarretar problemas drásticos de endividamento externo para a América Latina, em especial após o choque de juros promovido pelo banco central estadunidense (FED), em 1979 (Gowan, 1999; Marini, 2012). Esse choque, atribuído a Paul Volcker, então presidente do FED, foi uma medida pensada para reorganizar o sistema financeiro e recolocar os Estados Unidos no centro, visto que havia dólares circulando sem necessariamente passar pelo território norte-americano (petrodólares e eurodólares). Quando a taxa de juros estadunidense

aumenta, esses dólares retornam aos Estados Unidos na medida em que se observa um cenário de alta rentabilidade com baixo risco e, portanto extremamente atrativo para aplicações (Gilpin, 2000; Gowan, 1999; Tavares, 1985).

Com os dois choques do petróleo da década de 1970, houve um fluxo intenso de dólares rumo aos países produtores de petróleo (OPEP). No entanto, essas economias não tinham, internamente, como absorver todo esse capital de forma lucrativa, o que tornava necessária a exportação. Por consequência, a chave desta nova dinâmica de favorecimento do DWSR reside no fato de que o governo estadunidense passa a propor uma forma de garantir que o excedente seja aplicado lucrativamente em algum lugar. Desse modo, encontra-se na financeirização um dos pilares para a guinada capitalista rumo à exportação de capitais, característica de suma importância para o imperialismo, que acentua a predominância do capital financeiro já destacada por Lênin (2010) e serve de base para o entendimento do grau necessário de composição média que caracteriza uma economia subimperialista (Gilpin, 2000; Gowan, 1999; Marini, 2012; Tavares, 1985).

Paralelamente, os países latino-americanos se encontravam em momentos de industrialização, o que os influenciou a aceitar diversos empréstimos internacionais. É fundamental entender que, neste cenário, havia crédito barato à disposição por conta da oferta elevada (que era superior à demanda), o que viabilizou para a América Latina essas iniciativas de cunho industrial. Após o choque de juros, porém, a liquidez internacional diminui e o crédito deixa de ser barato, de modo que os países ancorados nesse financiamento para empreender suas políticas de desenvolvimento passam a ter sua dívida externa aumentada de maneira contundente. Em outras palavras, a dívida dos Estados latino-americanos se eleva substancialmente por conta dos juros estadunidenses, o que contribui diretamente para os graves problemas do Brasil que vão levar o país a uma década amplamente apelidada na literatura como “perdida” (Gilpin, 2000; Gowan, 1999; Tavares, 1985).

O que se verifica é um processo de contração de uma dívida externa muito significativa através dos empréstimos lastreados nos juros estadunidenses, elemento que reforça os dilemas enfrentados pelos países da América Latina por conta de sua condição dependente já em um momento de financeirização (Gowan, 1999; Marini, 2013; Tavares, 1985). Dentro de um contexto financeirizado em que se faz crucial atrair capitais, é válido pontuar que, para a obtenção desse objetivo, é necessário haver uma desregulamentação do mercado financeiro. Isso porque o capital busca localidades que apresentem flexibilidade para uma eventual saída, de modo que ele tende a ser menos aplicado em países que possuem

legislações financeiras mais enrijecidas. De modo análogo, é fundamental que a desregulamentação do sistema financeiro seja complementada com a desregulamentação das leis trabalhistas, uma vez que o capital preza sempre por mercados em que não é necessário cumprir com diversas obrigações (Harvey, 2008).

Logo, o espectro financeirizado traz um elemento de desregulamentações que, em última instância, visam expropriar as remunerações dos indivíduos e superexplorar a força de trabalho do trabalhador, aumentando dessa forma a mais-valia capitalista em detrimento dessa classe menos favorecida. Essa lógica se faz muito válida dentro do contexto subimperialista, visto que o Brasil, nesse ínterim, passa a prezar por uma desregulação que favoreça os IEDs, além de possibilitar uma maior exploração da força de trabalho. Sendo assim, da perspectiva do capital, as regulamentações demasiadamente burocráticas apresentam impeditivos para o fluxo desejado, de modo que os Estados que se encaixam neste perfil são menos atrativos (Marini, 2012, 2017; Harvey, 2008).

Em resumo, a nova faceta do imperialismo demanda uma série de flexibilizações, processo entendido também como dinâmica de acumulação flexível, em que há elevação contundente na relevância do capital financeiro e das operações financeiras, particularmente no sentido de viabilizar projetos de deslocação produtiva, que exigem grande capacidade de financiamento. Assim como adiantado por Hilferding (1985), o sistema de crédito constitui uma exigência para o processo de expansão capitalista, de modo que é impossível pensar o capitalismo contemporâneo sem corresponder a esse elemento, que Harvey assume como obrigatório para o processo produtivo (Harvey, 2008).

Contudo, uma crítica possível à interpretação de Harvey é o fato de que existe uma vinculação muito direta entre o capital financeiro e as necessidades produtivas. Esse atrelamento perde tamanha relevância no sentido em que as operações de crédito começam a atuar na lógica da acumulação não apenas como concessões para a produção, mas como portadoras de juros em uma dinâmica acumulativa inovadora que se dá por intermédio de um movimento D-D' (o próprio dinheiro gera mais dinheiro). Logo, em conformidade com o que discorrem Duménil e Lévy, o capital portador de juros atua através de uma lógica em que o próprio capital é responsável por buscar o excedente. Ele se desdobra, ainda, em capital fictício, que envolve jogar com o “linha” negociando papéis derivados no mercado, autonomizando uma dinâmica que se abstrai do real (ainda que não se desligue dele). Desse modo, o capital fictício se apropria de um lucro que, na realidade, não produziu (Duménil; Lévy, 2003; Harvey, 2008).

Esse novo movimento do capital fictício é imperativo para compreender a forma com que o cenário pós Bretton Woods – e em especial a década de 1970 – inaugurou um momento inovador no capitalismo. Enquanto Harvey trata de transformações mais gerais e mais amplas, trazendo consigo a explosão do setor financeiro, Duménil e Lévy abordam um movimento de subida e descenso do sistema capitalista no qual a crise dos anos 1970 provocou uma virada que passa pelo processo de financeirização, mas que não o tem como único fator explicativo. É válido atestar também que esse novo movimento, embora tenha características basilares particularmente novas, também apresenta convergências com contribuições mais clássicas como a de Lênin, que já havia antecipado uma passagem do capitalismo concorrencial para o capitalismo monopolista (Duménil; Lévy, 2003; Harvey, 2008; Lênin, 2010).

Em adição, Duménil e Lévy introduzem mais uma gama de conceitos imprescindíveis para esse novo momento do imperialismo, sendo interessante destacar primeiramente a noção de “Nova Economia”, mais especificamente as Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs). As grandes elaborações e pesquisas científicas que se estabeleceram em torno da criação e popularização de novas tecnologias de informação e comunicação foram uma resposta aos choques do petróleo, de modo que se julgou necessário desenvolver e generalizar novas formas de organização da produção. A eclosão dessa Nova Economia envolve mudanças produtivas e organizacionais, fato que diz respeito a novas formas de produção e que, portanto, acaba se aproximando da argumentação de Harvey na medida em que caminha para a direção de um argumento em prol de uma deslocalização produtiva (Duménil; Lévy, 2003; Harvey, 2008).

Outra noção de suma importância abordada é a financeirização entendida como hegemonia da finança, ou seja, a potencialização do setor financeiro como um movimento necessário, inclusive para amparar as mudanças organizacionais que passam a exigir uma forte estrutura de financiamento. Então, em consonância com a emergência do conceito de Nova Economia anteriormente supracitado, é indispensável um financiamento elevado que seja capaz de a sustentar. Desdobra-se, a partir disso, uma espécie de descolamento do sistema financeiro em relação ao produtivo como uma forma de autonomização, um ganho desproporcional de importância do primeiro frente ao último. Então, o sistema financeiro ganha centralidade em um movimento de decolagem e tendência à atuação por meio de bolhas financeiras, o que denota uma autonomização das finanças (Duménil; Lévy, 2003).

Nesse ínterim, é fundamental compreender a hegemonia da finança como sustentáculo desse novo ritmo do imperialismo, o que é corroborado e complementado por Chesnais

(2003). Em conformidade com este último, o movimento de financeirização e de hegemonia das finanças é o responsável por dominar e arrastar os demais, tendo como diferença o entendimento de que, ao tratar de inovações, não é novidade que novas tecnologias sejam incorporadas no processo produtivo, sendo esse o caminho natural. Dito isso, a introdução de novas TICs não pode ser tomada como uma novidade, visto que é algo perene, que participa do desenvolvimento capitalista constantemente, e que, por isso, em um contexto em que o processo de internacionalização já está mais bem estabelecido, é de se esperar que ocorram certas mudanças (Chesnais, 2003).

Portanto, ele trata a financeirização como um processo de autonomização da finança, atribuindo grande importância ao desdobramento já trabalhado por Duménil e Lévy de capital portador de juros para capital fictício. O que justifica essa leitura, para Chesnais, é aquilo que ele chama de regime de acumulação com dominância financeira, em que há um descolamento da valorização financeira em relação à produção. Esse processo envolve uma tentativa (que é real na medida em que não fica apenas no plano) de fazer a valorização financeira se tornar autônoma, de modo que a valorização fictícia é, ao mesmo tempo, real e ilusória. Isso se verifica porque o dinheiro aplicado pode gerar apropriação de excedentes (embora nunca gere excedente), mas as crises ressaltam o caráter ilusório do capital fictício na medida em que, quando os indivíduos passam a cobrar seu direito de recebimento, aqueles que resgatam estão, em última instância, correndo para a liquidez (Chesnais, 2003; Duménil; Lévy, 2003).

Finalmente, é relevante inserir as contribuições de Lapavistas explicitando que, para o autor, a guinada sofrida pelo imperialismo apresenta-se como uma mudança estrutural e sistêmica. Por isso, as alterações experienciadas adquirem caráter irreversível, visto que acontecem na base do sistema capitalista, e concentram-se em três traços principais, que apresentam certa correlação:

Financialization represents a systemic transformation of mature capitalist economies with three interrelated features. First, large corporations rely less on banks and have acquired financial capacities; second, banks have shifted their activities toward mediating in open financial markets and transacting with households; third, households have become increasingly involved in the operations of finance. The sources of capitalist profit have also changed accordingly (Lapavistas, 2011, p. 611).

De início, destaca-se o movimento de financeirização das empresas não financeiras, em que essas empresas passam a atuar diretamente no sistema financeiro por meio de recursos como ações de abertura de capitais e criação de bancos próprios. Assim, as empresas de origem não financeira garantem a possibilidade de financiamento de suas atividades sem necessariamente precisarem recorrer a instituições bancárias, o que constitui um ponto

decisivo para Lapavitsas romper com a abordagem de Hilferding. Esta crítica de Lapavitsas a Hilferding, porém, é melhor compreendida se somada com os outros dois elementos-chave subsequentes (Lapavitsas, 2008, 2011).

Dito isso, é válido prosseguir para o segundo traço relevante, que reside na atuação dos bancos dentro desse novo contexto. Como antecipado, essas características estão correlacionadas, de modo que a existência de uma incide nas demais. Nesse ínterim, reitera-se que, tendo as empresas de origem não financeira conseguido se financiar de outras formas, elas passam a recorrer menos aos bancos, o que causa impactos para estas instituições e as forçam a buscar um canal de recomposição de lucros para combater a perda de demanda, ou seja, precisam procurar novos agentes que necessitem de seus recursos para contrabalancear os desfalques deixados pelas empresas. Nesse momento, eles avançam sobre indivíduos e famílias e começam a se converter em uma espécie de supermercados financeiros (Chesnais, 2003; Lapavitsas, 2008, 2011).

Consequentemente, esse processo deságua na terceira característica, a financeirização dos indivíduos e das famílias. Aqui, denota-se de forma clara a maneira com que os indivíduos são diretamente incorporados na dinâmica financeirizada, sendo capturados pelas formas fictícias de valorização do capital. Esse processo vai sendo demonstrado a partir de vários aspectos: seja através de pagamentos com intermediação de instituições bancárias; compras parceladas com juros; adesão a regimes de previdência privada; seguros e demais formas de financiamento. Todas as possibilidades mencionadas acima representam, em última instância, uma maneira de alimentar o capital fictício e resguardar os lucros bancários que estavam se perdendo através da incorporação dos indivíduos à lógica da financeirização, mesmo que involuntariamente (Lapavitsas, 2008, 2011).

Logo, constata-se a formulação de uma dinâmica inescapável na qual se observa a expropriação financeira dos rendimentos do trabalho, sendo necessário para os trabalhadores ganhar mais dinheiro para remunerar os juros e recompor sua capacidade de consumo. Essa lógica acarreta, por conseguinte, um movimento de precarização do trabalho e que contribui significativamente para o entendimento da financeirização como um facilitador da superexploração dentro do contexto do subimperialismo (Amaral, 2006, 2012). Dessa forma, estamos diante de uma estrutura que visa englobar e amarrar a sociedade, como um todo, e os indivíduos, em particular, nessa dinâmica de especulação financeira e valorização que acaba privilegiando, mais uma vez, os detentores do capital em detrimento dos trabalhadores (Lapavitsas, 2008).

Em face do que foi apresentado, é justo condensar as principais atualizações promovidas pelos teóricos da financeirização sobre a temática do imperialismo, a fim de melhor compreender os elementos que se apresentam também no âmbito do subimperialismo brasileiro. Reitera-se que o sistema capitalista passou, na década de 1970, por transformações que modificaram substancialmente as dinâmicas econômicas do sistema internacional em uma escala estrutural (Lapavitsas, 2008, 2011). Entre essas mudanças, a literatura trabalhada aponta para um protagonismo do capital portador de juros e para o surgimento do capital fictício, isto é, a possibilidade de se apropriar de excedentes sem necessariamente gerar excedente. Então, denota-se que a noção de uma nova fase do imperialismo passa muito pelo descolamento das finanças em relação à produção, ainda que este processo possa somente ser alimentado pelo que se materializa no concreto (Chesnais, 2003; Duménil; Lévy, 2003).

4.2 A globalização e o neoliberalismo

A presente seção tem por objetivo avaliar as condições e desdobramentos do imperialismo em um cenário mais contemporâneo, atualização relevante. Nesse panorama, apresentam-se temáticas de um sistema internacional institucionalmente mais desenvolvido e em que os Estados se mostram mais integrados, ainda que esses elementos não sejam capazes de subverter as relações imperialistas e de dependência entre os países centrais e periféricos. Dito isso, convém iniciar refutando veementemente as alegações de Hardt e Negri de que o elemento institucional-burocrático do mundo globalizado seria uma barreira para posturas imperialistas por parte de países como os Estados Unidos, por exemplo (Hardt; Negri, 2001).

Segundo os autores, o país norte-americano não poderia ser imperialista, uma vez que a emergência das instituições internacionais traz à tona a inauguração de uma lógica supranacional de estabelecimento de relações no plano internacional. Isso culminaria, portanto, em um sentido de equidade e neutralidade que garantiria que todas as nações tivessem as mesmas condições. Essa interpretação, que os autores concebem como “arco-íris imperial global”, revela-se tão utópica quanto o próprio termo, uma vez que concebe o imperialismo como tendo chegado ao fim, dando lugar a uma nova forma de organização dentro da estrutura socioeconômica internacional, concebida por eles como “Império” (Hardt; Negri, 2001).

Nesse âmbito, as práticas imperialistas teriam desaparecido juntamente com o próprio entendimento de Estado-nação, tendo o capitalismo contemporâneo atingido uma certa descentralização do poder. Dessa forma, segundo Hardt e Negri, o Império seria um

contraponto ao imperialismo, enfatizando o declínio gradual da soberania dos Estados e um contexto globalizado que permitiria a redução das fronteiras. Em síntese, argumentam que

a transição para o imperialismo surge do crepúsculo da soberania moderna. Em contraste com o imperialismo, o Império não estabelece um centro territorial de poder, nem se baseia em fronteiras ou barreiras fixas. É um aparelho de *descentralização* e *desterritorialização* do geral que incorpora gradualmente o mundo inteiro dentro de suas fronteiras abertas e em expansão (Hardt; Negri, 2001, p. 12).

Diante disso, destaca-se que uma crítica fundamentada a essa teorização se faz imprescindível, adquirindo relevância imensa neste trabalho. Isso se dá porque, uma vez que a compreensão exposta acima é assumida como correta, passa a invalidar as preocupações e investigações dedicadas à dinâmica do imperialismo e, conseqüentemente, da dependência. Constatar uma descentralização de poder no mundo contemporâneo é inferir, de certa forma, que a estrutura depende de existir, ocultando, assim, a estruturação da lógica centro-periferia. Esse argumento, que por muito mostra-se idealizado, é derivado de uma linha de raciocínio que julga como plausível uma separação entre o espectro econômico e político. Assim, evoca-se a rejeição marxiana a essa desassociação para inferir que tal perspectiva remete a equívocos interpretativos, uma vez que pressupõe uma atuação das unidades estatais de modo alheio às dinâmicas do capital (Vigevani *et al*, 2011).

Portanto, demonstram-se urgentes as contribuições marxistas “anti-império” (Amaral, 2012), visto que aceitar o mundo contemporâneo como um contexto livre de imperialismo é negligenciar a emergência por alterações bruscas na conjuntura capitalista. Não obstante, a tese de Hardt e Negri invalidaria até mesmo o presente trabalho, uma vez que tornaria impossível assimilar a existência de um subimperialismo brasileiro na América Latina na medida em que este é derivado de práticas que os autores julgam ter sido eliminadas pelo ambiente institucionalizado do “arco-íris imperial global”. Diante disso, convém realizar logo de início um contraponto ao argumento do Império por intermédio da concepção de Stiglitz (2002) de que as nações de maior peso possuem maior influência dentro das instituições internacionais, o que vai na contramão do entusiasmo institucional citado anteriormente (Stiglitz, 2002).

Soma-se a essa perspectiva crítica o argumento de Petras e Veltmeyer, que discorrem a partir de um prisma analítico mais cético acerca das instituições internacionais. Para eles, a própria atuação destas instituições as rotula como imperialistas, visto que têm por objetivo um propósito evidente de sustentar os privilégios dos países centrais a despeito de como suas determinações se desdobram do ponto de vista das nações dependentes (Petras; Veltmeyer, 2001). Nesse ínterim, os autores em questão reforçam o argumento de Stiglitz elencando uma

série de críticas a instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, enfatizando a forma com que países como os Estados Unidos, ao possuírem maior influência, conseguem utilizá-las como um suporte para seus interesses e práticas imperialistas. Então, aquilo que os teóricos do Império julgavam ser um elemento de combate ao imperialismo manifesta-se, na realidade, como um catalisador e estimulador dessas práticas (Petras; Veltmeyer, 2001; Stiglitz, 2002).

Avançando nas concepções a respeito do imperialismo no mundo contemporâneo, convém explorar o elaborado por Harvey (2005a). Segundo ele, existe uma propensão ao excedente da força produtiva que enfrenta alguma impossibilidade de se associar lucrativamente, de modo a produzir crises relacionadas ao sistema de acumulação. Então, as crises seriam resultado da produção de excedentes que não encontram espaços lucrativos para serem aplicados, o que representa uma necessidade do capital por expansão geográfica. Aqui, o autor desenvolve a ideia de que os países que vivenciam a sobreacumulação de capital, necessariamente (pela incapacidade de absorção interna), precisam avançar para novos territórios, em uma constatação que se assemelha ao pensamento de Luxemburgo (1970) em torno da ideia da destruição das economias nacionais (Harvey, 2005a).

Dito isso, é fundamental sinalizar que existem diferentes formas de valorização do excedente, sendo estas: deslocamentos espaciais, deslocamentos temporais e uma associação entre as outras duas (deslocamentos espaço-temporais). A respeito da primeira, denota-se que uma grande quantidade de dólares – como, por exemplo, no contexto dos petrodólares – faz com que exista uma incapacidade de lucro no local de atuação na medida em que a absorção interna não é plenamente possível. Assim, torna-se necessário colocar o capital excedente para se valorizar em outro lugar, momento em que se observam esforços para abertura de novos mercados, incluindo investimentos em capacidade produtiva e construção de plantas produtivas. Já o segundo caso se verifica com investimentos de capital de longo prazo, de maneira que o capital fica imobilizado por um tempo, mas, no futuro, adquire rentabilidade (Harvey, 2005a). Como visualizado, a exportação de plantas produtivas é um fator determinante para o subimperialismo brasileiro, colocando-se também contemporaneamente como uma de suas formas de manifestação.

No entanto, o ponto-chave para Harvey está localizado na associação entre estas duas outras formas, naquilo que ele concebe como deslocamentos espaço-temporais. A forma predominante de valorizar o excedente reside, portanto, na realização de investimentos a longo prazo já em outros espaços e territórios. Um elemento que adquire suma relevância é o fato de que os deslocamentos espaço-temporais exigem a mediação de instituições financeiras

e de Estados para criar mecanismos geradores de crédito de uma maneira com que consigam viabilizar o fluxo e o escoamento de capital excedente para novos territórios, o que se faz essencial para esta dinâmica (Harvey, 2005a). Desse modo, podem-se apontar políticas estadunidenses como a utilização do maquinário do FMI como imprescindíveis para a integração imperialista na América Latina.

O capital se apresenta como apátrida, isto é, não tem compromisso com um determinado Estado, apenas com a sua própria valorização. Portanto, diante de qualquer possibilidade de perda ou de uma outra alternativa de ganho mais atrativa, a tendência é que ele se movimente em direção ao rumo que melhor contempla sua necessidade incessante de se valorizar. Por isso, lugares com fluxos de capital de caráter volátil são mais atrativos na medida em que facilitam a entrada rápida, o ganho e uma eventual saída para um novo local antes que ocorra qualquer tipo de perda. Para que esse movimento aconteça de forma plena, é urgente que se tenha um arcabouço jurídico de desregulamentações financeiras e trabalhistas e uma flexibilização das normas de entrada e saída (Harvey, 2005a, 2008).

Diante dessa argumentação, é possível inferir que o neoliberalismo se apresenta como um ferramental político que impacta muito substancialmente no processo de valorização do capital, apresentando em sua cartilha políticas de desregulamentação e abertura financeira que têm a capacidade de facilitar o fluxo do capital excedente (Duménil; Lévy, 2003). Aqui, faz-se importante estabelecer, segundo Harvey (2005b), o Consenso de Washington como um embrião da generalização do neoliberalismo. Nesse ponto, assumem protagonismo 3 elementos comumente considerados como os pilares do neoliberalismo: a abertura comercial, a desregulamentação financeira e as privatizações (Harvey, 2005b).

Eles se transformam, conjuntamente com a cartilha neoliberal como um todo, em um “canto da sereia” que acaba sendo responsável por atrair e incorporar diversas nações periféricas na dinâmica da valorização fictícia. Através desse esquema, o neoliberalismo se apresenta de maneira simples, iludindo os países subdesenvolvidos com a noção de que, para crescer, é necessário fazer reformas, e por meio destas, tudo irá melhorar. Nesse âmbito, verifica-se que o pensamento neoliberal se escora muito nas concepções de abertura e de reducionismo estatal, ainda que não possa ser totalmente contra o Estado na medida em que este se faz importante para controlar questões como possíveis ataques à propriedade (Duménil; Lévy, 2011).

Portanto, observa-se a formação de uma propensão a um desenvolvimento geográfico desigual pelo capitalismo, uma vez que quando os capitais saem, eles deixam rastros e estragos muito evidentes. O fluxo de saída de capital pode ser brutal, como ilustrado pela

experiência vivenciada pelo Brasil na crise do segundo governo Fernando Henrique Cardoso, em 1999, momento em que se verificou uma crise cambial fortemente provocada pelo fluxo de saída de capitais (Harvey, 2005b; Melo, 2009). Isso demonstra também a situação de fragilidade em que as economias periféricas se encontram devido à sua condição de dependência, podendo sofrer o ônus da saída de capitais de seus territórios a qualquer momento por conta dessa dinâmica de valorização.

Para melhor compreender essa problemática, é relevante trabalhar o conceito de acumulação por espoliação desenvolvido por Harvey, termo por meio do qual ele descreve um processo em que o capital busca constantemente expandir seus lucros através da apropriação de recursos e riquezas de outros indivíduos e regiões. Para tanto, ele argumenta que a acumulação de capital não ocorre apenas por meio da exploração direta da força de trabalho, mas também por meio da apropriação de terras, recursos naturais, conhecimento, tecnologia e outros ativos. Denota-se, portanto, uma lógica de acumulação predatória e desigual que culmina na transferência de recursos e de riqueza das regiões periféricas para os centros capitalistas, podendo estas se associarem com as transferências de valor (o elemento central por trás do subimperialismo) (Harvey, 2005b).

4.3 Subimperialismo e cenário contemporâneo: uma reflexão necessária

A partir do que foi exposto até o momento, fica claro que a definição de subimperialismo para Marini não abarca qualquer país periférico, fato que deve ser respeitado na medida em que constitui as próprias bases do entendimento deste fenômeno. Isso porque, como evidenciado, o subimperialismo decorre e necessita de uma série de fatores que envolvem a passagem da economia em questão para um estágio de industrialização mais avançado. Sendo assim, encontra-se um momento oportuno para contrastar nossa abordagem teórica do subimperialismo às investigações de Alex Callinicos (1994), que identifica a emergência deste fenômeno no cenário contemporâneo. Contudo, no que concerne a este autor, o que se pretende é realizar um afastamento de sua categorização na medida em que julgamos mais adequado o processo cauteloso de Marini.

De início, Callinicos discorre sobre o imperialismo em seu panorama mais amplo, apontando para os acertos das teses clássicas e afirmando que a forma com que estas entendem o imperialismo é correta. Ele enfatiza a passagem do capitalismo para uma etapa de desenvolvimento em que existe uma imposição do papel imperialista por parte de certas potências, momento em que o imperialismo começa a se desenhar a partir de outros critérios.

Desse modo, ele valida as teses clássicas ao mesmo tempo em que afirma que elas carecem de uma atualização, empreendendo uma classificação por fases para melhor compreender a historiografia imperialista, segmentando-a em três períodos: multipolaridade econômica e política, bipolaridade do ponto de vista político e retomada da fase clássica e nova multipolaridade econômica e política (Callinicos, 1994).

Na primeira fase, que remete ao imperialismo clássico, ele indica a existência de múltiplas potências com alcance do ponto de vista político, com imposição de interesses e força por parte destas. Em relação à segunda, constata a formação de uma bipolaridade política, apesar da permanência da multipolaridade econômica no geral, período contemplado durante a Guerra Fria. Por fim, considera que a terceira e última fase se evidencia no cenário pós-Guerra Fria, com a retomada do estabelecimento de força por parte de múltiplas potências e com nuances que precisam ser resgatadas (Callinicos, 1994). É a partir dessa discussão que deriva o ponto de afastamento a Callinicos, visto que o autor adota um posicionamento exacerbado a respeito do retorno da multipolaridade e insinua um possível papel do subimperialismo nesse aspecto.

Então, o autor em questão discute a emergência de subimperialismos, acolhendo uma interpretação de que o pós-Segunda Guerra e seus desdobramentos favoreceram a expansão das economias subdesenvolvidas, muito por conta da garantia de benefícios que as possibilitaram alcançar um outro patamar do ponto de vista das forças produtivas. Então, ele acentua bastante os benefícios tangíveis em termos de avanços nos processos de industrialização em vários países periféricos espalhados pelo globo. Neste ponto, convém adentrar um pouco mais a fundo na questão da multipolaridade, uma vez que em conformidade com Callinicos, a postura subimperialista por parte dessas nações traz à tona uma espécie de restabelecimento da multipolaridade política e um reforço da multipolaridade econômica (Callinicos, 1994).

Em outras palavras, Callinicos afirma que a participação expressiva de nações periféricas em papéis subimperialistas atribui grande enfoque à retomada dessas multipolaridades no sistema internacional (Callinicos, 1994). Entretanto, essa leitura pode ser criticada na medida em que o autor atribui uma luz excessiva para a questão da industrialização destes países, elencando esse fator como desequilibrador para recolocar, nos dias atuais, um caráter plural nos conflitos e disputas interimperialistas no plano internacional. Diante do que foi trabalhado, dispõe-se dos dispositivos necessários para refutar o otimismo de Callinicos frente ao papel do subimperialismo na questão da

multipolaridade, visto que em consonância com Marini, o próprio termo subimperialismo deve ser empregado mediante uma avaliação mais apurada.

Além disso, através do estudo do subimperialismo brasileiro, é possível depreender que a vinculação inescapável do Brasil com o centro capitalista, em especial os Estados Unidos, não permite que o país latino-americano se coloque em posição de estabelecer uma rivalidade interimperialista (Marini, 2013). A emergência de subimperialismos no mundo, além de acontecer em proporções demasiadamente menores do que o que insinua Callinicos, não tem a capacidade de retirar a periferia do amálgama da hegemonia central capitalista e de sua respectiva dominação global. Portanto, utilizar este fenômeno como um argumento em prol da multipolaridade demonstra um exagero teórico considerável, visto que o que se extrai desse desdobramento é precisamente o contrário, um reforço da condição hegemônica do centro por conta da incapacidade de quebrar a dinâmica capitalista.

Logo, o raciocínio de Callinicos se aproxima mais da vertente cepalina, uma vez que aponta para a industrialização da periferia como uma solução para superar o subdesenvolvimento. Este entendimento de que o desenvolvimento traz o progresso é justamente o ponto que a Teoria Marxista da Dependência de Marini se dedica a refutar, visto que afirma não ser possível superar os entraves da Divisão Internacional do Trabalho enquanto o processo de acumulação capitalista no geral não for posto em xeque. Ademais, como averiguado, o próprio processo de industrialização das economias periféricas (com enfoque nas latino-americanas), no geral, e do Brasil, de maneira mais específica, se apresenta condicionado aos interesses do centro, reorganizando sua inserção no plano internacional de uma forma que continua sendo subordinada às necessidades imperialistas.

Isso significa que a emergência do subimperialismo brasileiro não é suficiente para colocar o país em um novo patamar, o que demonstra um equívoco de Callinicos em apontar essa industrialização subordinada como sendo um fator desequilibrador capaz de recolocar os termos dos conflitos e das disputas interimperialistas que vão se estabelecer no plano internacional contemporâneo. Ou seja, o que Marini evidencia é a formação de centros medianos de acumulação, que são potências capitalistas medianas e que são responsáveis pela emergência do que agora entendemos por subimperialismos. A formação desses centros medianos permite que alguns países passem por alterações na sua estrutura política e em sua capacidade industrial no sentido de completar parques industriais, produzir bens de capital e desenvolver uma indústria nacional que tenha alguma capacidade de andar sobre as próprias pernas (Marini, 2012).

Porém, os centros medianos de acumulação não justificam o otimismo de Callinicos na medida em que este último julga este processo como suficiente para colocar os países subimperialistas como nações que possuem capacidade de atuação decisiva na dinâmica geral capitalista. Essa abordagem se comprova ilusória ao evocar novamente a questão da expansão relativamente autônoma, que se verifica substancialmente subordinada aos interesses do centro (Marini, 2012).

5. Considerações Finais

Diante das informações expostas, é possível concluir que o subimperialismo brasileiro se apresenta como um fenômeno de um país que, ao observar o aumento de sua composição média, se converteu em um centro mediano de acumulação de capital. Em outros termos, a economia dependente brasileira passa por uma industrialização subordinada para atender uma nova demanda central e, com isso, atinge uma etapa monopolista com predominância do capital financeiro, se tornando ainda uma plataforma de exportação de capitais e plantas produtivas para os demais países, em especial seus vizinhos latinos. Sendo assim, o Brasil se coloca como a economia de maior composição orgânica do continente, e, a partir disso, passa a replicar práticas imperialistas no âmbito latino-americano com o intuito de contornar as transferências estruturais de valor para o centro.

Portanto, um elemento que se demonstra imprescindível é compreender que, em conformidade com o pensamento de Marini, nosso autor principal, o subimperialismo não pode ser confundido com um desenvolvimento do Brasil, visto que não há superação da dependência e não se verificam os benefícios apontados pelos autores de uma abordagem cepalina. Na verdade, o que ocorre é mais um desdobramento do desenvolvimento do centro capitalista que condiciona o Brasil a uma industrialização subordinada, que em momento algum se propõe a gerar benefícios para o mercado interno brasileiro e ao trabalhador, mas apenas visa atender às novas necessidades do próprio centro.

É fundamental ter em mente que esta dinâmica particular entendida como subimperialista não retira o Brasil da sua condição de dependência, de modo que não altera o patamar do país em sua inserção internacional. Pelo contrário, o que se percebe é que a ênfase em uma integração imperialista na América Latina acaba acirrando o capitalismo dependente do continente, contexto em que o Brasil subimperialista visa extrair excedentes de seus vizinhos latinos replicando transferências de valor que, nesse caso, serão realizadas em benefício do Brasil. Dessa forma, o Brasil utiliza as vias de pagamento de juros, remessa de

lucros e dividendos, pagamento de *royalties* e intercâmbio desigual em seu benefício, replicando uma estrutura dependente em seu âmbito regional para extrair mais excedente e realizar, assim, uma recomposição do excedente enviado para o centro.

Esse raciocínio entra em consonância com a lógica revolucionária da Teoria Marxista da Dependência ao demonstrar que, enquanto o sistema de produção capitalista estiver em vigor, não há possibilidade de escape da lógica dependente. Assim, o subimperialismo brasileiro apenas reforça a armadilha do desenvolvimento na América Latina na medida em que, além de configurar uma tentativa de atuação subordinada à própria estrutura opressora, acirra a deterioração das transferências de valor dos vizinhos latinos e a superexploração da força de trabalho no continente. Logo, esse fenômeno, que não altera a dinâmica centro-periferia do capitalismo, não simboliza uma acentuação da multipolaridade das disputas interimperialistas na medida em que o Brasil não se coloca de fato como um competidor dentro da lógica capitalista.

Pelo contrário, visa apenas buscar internamente mecanismos de compensação para recuperar a capacidade interna de acumulação, de modo que, embora alcance um grau mais acentuado em termos de composição orgânica e internalização da produção industrial, a quebra com a dependência permanece apenas como um ímpeto inalcançável. Nesse aspecto, as discussões realizadas se relacionam com o objetivo central do trabalho ao tratar o subimperialismo como um fenômeno subordinado e intensificador das relações dependentes na América Latina. Discutir a dependência, portanto, implica discutir o modo de produção capitalista e a forma com que os desdobramentos do imperialismo incidem sobre essa condição essencialmente estrutural.

Referências Bibliográficas

AMARAL, Marisa Silva. **A investida neoliberal na América Latina e as novas determinações da dependência**. Uberlândia, 2006.

AMARAL, Marisa Silva. **Teorias do imperialismo e da dependência**: a atualização necessária ante a financeirização do capitalismo. São Paulo, 2012. 147 p.

BAMBIRRA, Vânia. **O capitalismo dependente latino-americano**. 2. ed. Florianópolis: Insular, 2013. p. 223.

BUENO, Fabio Marvulle; SEABRA, Raphael Lana. Uma interpretação sobre os centros medianos de acumulação subimperialistas. **36º Encontro Anual da Anpocs: GT26 - Pensamento social latinoamericano**, [s. l.], 2010. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/bitstream/235/8726/1/Centros%20medios%20de%20acumula%C3%A7%C3%A3o%20subimperialista.pdf>. Acesso em: 16 nov. 2023.

CALLINICOS, Alex. “Marxism and Imperialism Today”. In: CALLINICOS, Alex et. al. **Marxism and The New Imperialism**. Londres: Bookmarks, 1994.

CARDOSO, Fernando Henrique e SERRA, José. As desventuras da dialética da dependência. **Estudos Cebrap**, n. 23, 1978.

CARDOSO, José Luis. Celso Furtado e as encruzilhadas do desenvolvimento. In: SOUSA, C. M., THEIS, I. M., and BARBOSA, J. L. A., eds. Desenvolvimento e Subdesenvolvimento. In: **Celso Furtado: a esperança militante (Interpretações)**: vol. 1 [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2020, pp. 169-302. Projeto editorial 100 anos de Celso Furtado collection. ISBN: 978-65-86221-08-4. <https://doi.org/10.7476/9786586221695>.

CARLEIAL, Liana Maria da Frota. A Divisão Internacional do Trabalho como Categoria Central da Análise de Ruy Mauro Marini. In: NEVES, Lafaiete Santos. **Desenvolvimento e Dependência**: Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini. Curitiba - Brasil: Editora CRV, 2012. cap. Prefácio, p. 7-15. ISBN 978-85-8042-288-7.

CHESNAIS, François. “A ‘Nova Economia’: uma conjuntura própria à potência econômica estadunidense”. In: CHESNAIS, François et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003.

CHESNAIS, François. **Finance Capital Today**: Corporations and Banks in the Lasting Global Slump. Koninklijke Brill NV, Leiden, The Netherlands: Brill, 2016, 310 p. ISBN 978-90-04-25548-7.

DUMÉNIL, Gérard e LÉVY, Dominique. “Superação da Crise, Ameaças de Crises e Novo Capitalismo”. In: CHESNAIS, F. et. al. **Uma Nova Fase do Capitalismo?** São Paulo: Xamã, 2003. GOWAN, Peter. A Roleta Global. Rio de Janeiro: Record, 2003.

DUMÉNIL, Gérard; LÉVY, Dominique. **The Crisis of Neoliberalism**. London, England: Harvard University Press, 2011. 391 p. ISBN 978-0-674-04988-8.

FIORI, José Luís (org.). **O poder americano**. Petrópolis: Vozes, 2004.

FONSECA, Paulus Vinicius da Rocha. Embraer: um caso de sucesso com o apoio do BNDES. *Revista do BNDES*, [S.l], n. 37, jun. 2012. p. 39-66.

FONTES, Virgínia. **O Brasil e o capital-imperialismo**: Teoria e história. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2010. 388 p. ISBN 978-85-98768-52-6.

FURTADO, Celso. **O mito do desenvolvimento econômico**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

GILPIN, Robert. **The Challenge of Global Capitalism**: The World Economy in the 21st Century. New Jersey: Princeton University Press, 2000. 373 p. ISBN 0-691-04935-1.

GOWAN, Peter. **The Global Gamble: Washington's Faustian Bid for World Dominance**. New York: Verso, 1999.

HARDT, Michael; NEGRI, Antonio. **Império**. 3. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001. 501 p. ISBN 85-01-05955-2.

HARVEY, David. "O "novo" imperialismo: acumulação por espoliação". In: PANITCH, Leo & LEYS, Colin (ed.). **Socialist Register 2004: o novo desafio imperial**. Buenos Aires: CLACSO; Londres: Merlin, 2005a.

HARVEY, David. **A brief history of Neoliberalism**. New York: Oxford Press, 247 p. ISBN 0-19-928326-5, 2005b.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 2008.

HILFERDING, Rudolf. **O capital financeiro**. São Paulo: Nova Cultural, 1985.

HOBSON, J. A. **Estudio del imperialismo**. Madrid: Alianza Editorial, 1981. 343 p.

HOBSON, J. A. **Imperialism**: A study. New York: James Pott & Co., 1902. 400 p.

KAUTSKY, Karl. Ultra-imperialism. In: **Die Neue Zeit**, Setembro de 1914. Disponível em: <http://marxists.org/archive/kautsky/1914/09/ultra-imp.htm>. Acesso em: 17 abr. 2023.

LAPAVITSAS, Costas. Financialised Capitalism: Direct Exploitation and Periodic Bubbles. **Department of Economics School of Oriental and African Studies**, University of London, p. 1-46, May 2008.

LAPAVITSAS, Costas. "Theorising Financialisation". In: **Work, Employment & Society**, vol. 25, n. 4. 2011, p. 611-626.

LENIN, Vladimir. **I. Imperialismo, Fase Superior do Capitalismo**. São Paulo: Centauro, 2010.

LUXEMBURGO, Rosa. **A acumulação do Capital**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1970. 516 p.

MARINI, Ruy Mauro. *Subdesarrollo y Revolución*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1974

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Cuadernos Políticos**, n. 12, Era, México, abr.-jun., 1977.

MARINI, Ruy Mauro. **A dialética da dependência**. Uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. RJ/Buenos Aires. Vozes/Clacso, 2000.

MARINI, Ruy Mauro. La acumulación capitalista mundial y el subimperialismo. **Clásicos**, no. 10, septiembre-diciembre, 2012.

MARINI, Ruy Mauro. **Subdesenvolvimento e revolução** [1969]. Florianópolis: Insular, 4ª ed. 2013, 270 p.

MARINI, Ruy Mauro. Dialética da Dependência. **Germinal: Marxismo e educação em debate**, v. 9, n. 3, p. 325–356, 2017.

MARX, Karl. **O Capital - Livro II: Crítica da Economia Política**. 2. ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985. 383 p. v. 2.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I, Tomo 1: Crítica da Economia Política**. São Paulo - SP: Editora Nova Cultural Ltda, 1996a. 496 p. v. 1. ISBN 85-351-0831-9.

MARX, Karl. **O Capital - Livro I, Tomo 2: Crítica da Economia Política**. São Paulo - SP: Editora Nova Cultural Ltda, 1996b. 394 p. ISBN 85-351-0831-9.

MARX, Karl; ENGELS, Frederick. **The Communist Manifesto: A Road Map to History's Most Important Political Document**. Chicago, IL: Haymarket Books, 2017. ISBN 978-1-608-46048-9.

MELO, Carlos. A crise cambial brasileira de 1999, a literatura de seus protagonistas e a compreensão do fato. **Repositório Insper**, [s. l.], 2009. Disponível em: <https://repositorio.insper.edu.br/handle/11224/4786>. Acesso em: 19 out. 2023.

NETO, Waldemar Dalenogare. A Operação Condor e a Emenda Koch. **SÆCULUM: Revista de História**, João Pessoa, v. 39, p. 69-82, 2. sem. 2018.

NETTO, José Paulo e BRAZ, Marcelo. **Economia Política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

NEVES, Lafaiete Santos. Estado, multinacionais e trabalhadores na indústria automotiva brasileira. *In*: NEVES, Lafaiete Santos. **Desenvolvimento e dependência: Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini**. Curitiba - Brasil: Editora CRV, 2012. p. 41-61. ISBN 978-85-8042-288-7.

OECD. **What does Brazil export to Argentina, Chile, Colombia, Ecuador, Paraguay, Uruguay, and Venezuela? (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000)**. [S. l.], 2023. Disponível em:

https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/bra/arg.chl.col.ecu.pry.ury.ven/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000/. Acesso em: 20 out. 2023.

OEC. **What does Brazil export to France, Germany, Italy, Netherlands, Spain, United Kingdom, and United States? (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000).** [S. l.], 2023. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/bra/fra.deu.ita.nld.esp.gbr.usa/show/1995.1996.1997.1998.1999.2000/. Acesso em: 20 out. 2023.

OEC. **Where does Brazil export Cars to? (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000).** [S. l.], 2023. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/bra/all/178703/1995.1996.1997.1998.1999.2000/. Acesso em: 20 out. 2023.

OEC. **Where does Brazil export Planes, Helicopters, and/or Spacecraft to? (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000).** [S. l.], 2023. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/bra/all/178802/1995.1996.1997.1998.1999.2000/. Acesso em: 20 out. 2023.

OEC. **Where does Brazil export to? (1995, 1996, 1997, 1998, 1999, 2000).** [S. l.], 2023. Disponível em: https://oec.world/en/visualize/tree_map/hs92/export/bra/show/all/1995.1996.1997.1998.1999.2000/. Acesso em: 20 out. 2023.

PETRAS, James; VELTMEYER, Henry. **Globalization Unmasked: Imperialism in the 21st Century.** Canada: Fernwood Publishing, 2001. 180 p. ISBN 1-55266-048-6.

STIGLITZ, Joseph E. **A globalização e seus malefícios.** São Paulo: Futura, 2002.

TAVARES, Maria da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Revista de Economia Política**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 5-15, Abril-Junho 1985.

TRASPADINI, Roberta. Apresentação. In: NEVES, Lafaiete Santos. **Desenvolvimento e Dependência: Atualidade do pensamento de Ruy Mauro Marini.** Curitiba - Brasil: Editora CRV, 2012. p. 17-30. ISBN 978-85-8042-288-7.

VESETH, Michael. *What is International Political Economy? An excerpt from an article written for a UNESCO international encyclopedia project.* Updated March 6, 2007.

VIGEVANI, Tullo. “A contribuição marxista para o estudo das relações internacionais”. In: **Lua Nova: Revista de Cultura e Política**, n. 83, pp. 111-143. São Paulo, 2011.